



# Anais da Assembléia

Nºs 49 e 50

CURITIBA, 17 E 19 DE MAIO DE 1976

ANO II

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 71.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1976.

#### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra e Quielse Crisóstomo. (7)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE —(Maurício Fruet) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor pelo lançamento do jornal "O PARANÁ", na cidade de Cascavel, nas pessoas dos digníssimos Senhores Diretores Jacy Miguel Scanagatta e Leopoldo Sefrin Filho.

Outrossim, aprovado o presente, se dê ciência da decisão da Casa à Direção da referida empresa.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1976.

(a) EGON PUDELL

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das prerrogativas parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações a diretores e funcionários do jornal "O PARANÁ", editado na cidade de CASCAVEL desde o dia 16 p.p., e inaugurado no último sábado.

Outrossim, requer, seja dado ciência da decisão do Plenário, ao Senhor Jacy Miguel Scanagatta, Diretor Superintendente do jornal "O PARANÁ", bem como ao corpo de funcionários, redatores e repórteres.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1.976.

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

Com o slogan, "O PARANÁ", será um jornal de verdade, e muito mais pelas palavras manifestas do seu Diretor, Jacy Miguel Scanagatta, quando da inauguração deste órgão de imprensa, adotando uma conduta a ser seguida, sempre como porta voz dos interesses do povo da região oeste e todo o Estado do Paraná, fazendo com que a região tenha em seu meio mais um órgão de informação moderno, utilizando as mais modernas técnicas jornalísticas, como também deverá ser um instrumento de defesa e incremento ainda maior desta rica região do nosso Paraná.

Queremos expressar nosso sentimento de incentivo aos homens que lutarão, para que este jornal realmente seja mais uma viva voz da região Oeste Paranaense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado o presente expediente ao Exmo. Sr. Dr. Emilio Hoffmann Gomes, Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que seja estudada a viabilidade da instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná no Distrito de Tamarana, município de Londrina.

Trata-se de um distrito com alto índice de desenvolvimento, com uma população que supera muitos municípios do próprio Estado e cuja atividade comercial é realmente destacada, fazendo por merecer uma agência bancária.

Tamarana, cidade com vida própria e dotada de vários melhoramentos, distando cerca de 50 km da cidade de Londrina está a reclamar a instalação de uma agência bancária, razão pela qual entendemos que o estudo dessa possibilidade, acabará por concretizar uma velha aspiração dos seus moradores.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consultado o Plenário, a fim de oficiar-se à COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica, para providenciar a instalação de um POSTO DE PLANTÃO, na localidade de Três Barras, município de Catanduvas, tendo em vista os sérios contra-tempos, que os consumidores passam, em virtude de dependerem, ainda, do atendimento de Cascavel, que face à distância kilométrica, torna-se moroso e deficiente.-

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1976.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

O distrito de Três Barras, face ao seu inusitado crescimento (superando mesmo a sede do município) vem enfrentando intransponíveis dificuldades no servilo de fornecimento de energia elétrica. A não instalação de um serviço permanente de plantão, para o atendimento de emergências, tem representado sérios contratempos àquela comunidade, que ainda depende da unidade da Copel, de Cascavel.

Diversas indústrias, acionadas por energia elétrica, ficam

na dependência de um serviço moroso e deficiente, acarretando não apenas prejuízos de ordem econômica, mas impedindo mesmo e até desestimulando a implantação de novas ligações industriais.

Além do mais, o volume de faturamento mensal justifica plenamente a instalação de tão reivindicado Posto de Plantão pelos membros daquela comunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental e no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — "COPEL", solicitando em regime de urgência seja procedida vistoria na Rêde de Energia da cidade de Campina da Lagoa, que ultimamente apresente defeitos na aludida Rêde Elétrica, ocasionando a queima de aparelhos elétricos, deixando assim em virtude disto a iluminação pública em péssimas condições, razão pela qual a cidade em várias ocasiões, permanecer totalmente às escuras.

Sala das Sessões em 14 de maio de 1976.

(a) EDILSON ALENCAR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na qualidade de líder da bancada da ARENA nesta Casa, indica os Deputados IVO THOMAZONI, DÁCIO LEONEL, BASÍLIO ZANUSSO e WERNER WANDERER, como efetivos; e LEOPOLDO JACOMEL e ROSÁRIO PITELLI, como suplentes; para comporem a CPI da Imprensa.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

#### PROJETOS DE LEI:

##### Projeto de Lei N.º 55/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS - CASA DA AMIZADE DE NOVA ESPERANÇA, com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1976.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

##### Projeto de Lei N.º 56/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública estadual o MONTEPIO COOPERATIVISTA DO BRASIL.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1976.

(a) ENÉAS FARIA.

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa pretende a declaração de utilidade pública ao Montepio Cooperativista do Brasil. A entidade presta serviços e realiza atividades que a enquadram nos requisitos exigidos pelas normas que regem a matéria.

Em anexo, declaração de funcionamento ininterrupto, certidão de Registro de Pessoa Jurídica e, devidamente autenticado, o seu Estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias tivemos a oportunidade de nos referirmos ao Programa do Setor de Educação, no que tange a construção de salas de aula, por parte do Governo do Estado do Paraná, no decorrer deste ano, que são nada menos, do que 3.000 salas de aula programadas para serem construídas em diversos municípios do Estado.

Há alguns dias atrás, o Deputado Luiz Carlos Zuk, de Ponta Grossa, fazendo uma aiusão elogiosa ao Governo do Estado do Paraná, pela feliz iniciativa em ampliar o número de unidades escolares em Curitiba e outros municípios, ao mesmo tempo fazia uma solicitação ao Governo do Estado para que, nessa programação, fosse incluído o município de Ponta Grossa, onde se faz sentir a carência de vagas para matrícula de crianças em idade escolar.

Diante daquele alerta, sendo nós, um dos deputados que recebeu a preferência de muitos eleitores em Ponta Grossa, interferimos junto ao Sr. Secretário de Educação para sabermos do programa, no que diz respeito ao assunto acima referido, com relação a Ponta Grossa.

Já era do nosso conhecimento, no entanto, a programação da construção de uma unidade de 2.º grau Polivalente, com capacidade para 1.440 alunos distribuídos em três turnos, em área a ser construída, de 2.900 m<sup>2</sup>, e que já se encontra em licitação para posterior contratação da firma vencedora, para construção da obra e, mais ainda, das seguintes unidades:

Unidade nova, com 5 salas de aula e demais dependências, na Vila Liane;

Unidade nova, com 8 salas de aula e demais dependências, na Vila Coronel Cláudio;

Unidade nova, com 5 salas de aula e demais dependências, na Vila Claudionora;

Unidade nova, com 5 salas de aula e demais dependências, na Vila Catarina Miró;

Unidade nova, com 5 salas de aula e demais dependências, no Jardim Bom Sucesso;

Ampliação do Grupo Escolar São Francisco, em 2 salas de aula;

Ampliação do Grupo Escolar Ana de Barros Holzmann, em 2 salas de aula.

É com grande satisfação e alegria que comunicamos este fato à Casa, e especialmente ao nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, pois nós, que baseamos nossa campanha política no trinômio educação - saúde - transporte, só podemos nos sentir felizes em ver que as nossas apregoações estão sendo realizadas, por isto queremos aqui, desta tribuna, congratular-nos com o povo de Ponta Grossa pelo que nosso Governo deverá realizar no decorrer deste ano, no setor de educação naquele município e também, com o Governo do Estado e Secretaria da Educação e Cultura, pela grande obra que está sendo realizada no campo educacional. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Na sessão do dia 7 próximo passado, apresentamos, e tivemos a honra de vê-lo aprovado por unanimidade, um requerimento pedindo a consignação em ata de um voto de louvor ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social do município de Maringá, eminente médico, Dr. Sebastião Rodrigues Pimentel, pela implantação, naquele município, em caráter pioneiro, da Campanha de Fluoretação em massa, bem como pelo lançamento do Plano Pioneiro em Odontologia Sanitária no mesmo município.

Para encaminhar a votação, usou da palavra o ilustre

Deputado Dácio Leonel, que, mesmo concordando, fez restrições ao mesmo, e informou à Casa que o município de Castro já vinha proporcionando o mesmo serviço a escolares há muitos anos.

Na oportunidade não fizemos nenhuma observação a respeito, por desconhecermos que tipo de assistência odontológica é mantida pela Prefeitura de Castro. Procuramos informações e as obtivemos através da assessora da Prefeitura daquele município, Evangelina Camargo, o seguinte:

"A Prefeitura de Castro, mantém além da sede do município, três pontos de atendimento dentário nos distritos de Abapã, Socavão e bairro de Guararema, prestando serviços NÃO PROFILÁTICOS e nem fluoretação, consistindo apenas em atendimento com extrações dentárias.

O serviço implantado em Maringá, é justamente o que procura evitar a necessidade de manutenção por órgãos públicos do existente em Castro, e cremos nós, na maioria das Prefeituras de nosso Estado. Isto é, o Plano Pioneiro de Odontologia Sanitária, leva a toda a zona rural, especificamente a escolares entre 6 e 14 anos atendidos pela rede Municipal o serviço de Odontologia Sanitária com tratamento de cárie, evitando a extração. Por sua vez, a Campanha de Fluoretação em Massa, também objeto de nosso voto de louvor, procura prevenir a existência de cáries. Cremos que o esclarecimento se fazia necessário para que dúvidas não pairassem com referência à justiça de homenagem prestada."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) Concedo a palavra ao

Sr. Deputado Gabriel Sampaio, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, (pausa).....

Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado. (pausa).....

Havendo declinado o nobre Deputado Lúcio Machado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 24/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Formosa do Oeste, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 25/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Goioerê, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual Ribeiro de Campos, na sede do referido município. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 26/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração,

com o município de Inajá, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, na sede do referido município. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 27/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Paraíso do Norte, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Oscar Joseph de Plácido e Silva, na sede do referido município. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 28/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Porecatu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, na sede do referido município. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 29/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Porto Rico, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Interventor Manoel Ribas, o Grupo Escolar Duque de Caxias e o Grupo Escolar Osvaldo Cruz, na sede do referido município. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 30/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Prudentópolis, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido município. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 31/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Quatro Barras, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Antonio Thomaz Bittencourt e o Grupo Escolar da Borda do Campo, na sede do referido município. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução 32/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Santa Mariana, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Engracia Zanqueta, Grupo Escolar Carmela Dutra e a Delegacia de Polícia, na sede do referido município. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei 190/75, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos da cidade de Francisco Beltrão. **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei 01/76, autorizando reverter ao patrimônio do município de Califórnia, as datas de terras n.ºs 5, 6, 7, 10, 11 e 12, da quadra n.º 15, da planta Jardim Sant'Ana, da cidade do mesmo nome. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei 03/76, acrescentando ao artigo primeiro da lei 6593, de 15 de agosto de 1974, o inciso IV, com redação que especifica. — **Aprovado.**

.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei 22/76



dando nova redação ao anexo II, da Lei 6119, de 29/06/70, que dispõe sobre o quadro próprio do Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado.— **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei 31/76, que declara de utilidade pública a Associação Comercial de Londrina, com sede em Londrina.— **Aprovado.**

**O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet)** Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná SA., no sentido de que seja estudada a viabilidade da instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito no distrito de Tamarana, município de Londrina.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Direção e funcionários do jornal "O PARANÁ", editado na cidade de Cascavel, inaugurado no último sábado.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de louvor pelo lançamento do jornal "O PARANÁ", na cidade de Cascavel.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de que seja procedida vistas na Rede Elétrica da cidade de Campina da Lagoa.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja oficiado à COPEL, no sentido de providenciar a instalação de um Posto de Plantão, na localidade de Três Barras, município de Catanduvas.— **APROVADO.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, na qualidade de líder da bancada da ARENA nesta Casa, indicando os nomes dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni, Dácio Leonel, Basílio Zanusso e Werner Wanderer, como efetivos e Leopoldo Jacomet e Rosário Pitelli como membros suplentes, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito, para as verbas de Divulgação e Publicidade do Governo.— **Ao Departamento Legislativo.— À Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "O ESTADO DO PARANÁ", sob o título "Florianio Francisco Anater, um semeador de escolas".— **APROVADO.— (O artigo acha-se publicado no final desta ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja construída uma ponte sobre o rio da Vargem, no município de São João do Triunfo.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no Plano Estadual de Pavimentação, a estrada BR 163, que liga Guaíra a di-

versos municípios.— **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 19, à hora regimental com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei 30/76.

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei 12/76.

**2.ª DISCUSSÃO** — dos Projetos de Resolução 41/76 e de Lei 13/76.

marcando ainda uma sessão extraordinária, para quarta-feira, dia 19, às 14,00 horas com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**3.ª DISCUSSÃO** — dos Projetos de Resolução 39/76 e 40/76.

Esta Presidência lembra ainda que amanhã haverá sessão solene, com início marcado para as 15,00 horas.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DENI SCHWARTZ, EM SESSÃO DO DIA 17 DE MAIO DE 1976.**

**"FLORIANO FRANCISCO**

**ANATER,** um  
semeador de escolas

Arnoldo Higino Anater

Numa alvorada serena de céu azul, o coração parava para sempre a existência de meu pai, Florianio Francisco Anater. Naquela manhã de 25 de fevereiro tombava, quando se preparava para mais um dia de luta, em seu próprio leito, um pioneiro, um bandeirante, deixando as marcas de suas pegadas em três Estados do Sul do País. Homem intrépido, marcou sua passagem por muita luta e dificuldades só vencidas pelo denodo e pela ténpera de um gaúcho que a vida reserva aos fortes. Venceu a todos e deixou oito filhos para preservar sua memória. Perpetuar seu nome honrado e continuar sua luta.

Meu pai foi antes de tudo um semeador de escolas e um formador de gerações. Eu próprio aprendi com ele. Se hoje, sou bacharel em jornalismo e acadêmico de Direito devo as primeiras letras a ele, ministradas numa pequena escola da localidade de Linha Oito de Maio, no interior do município de Concórdia, Santa Catarina. Meu pai nasceu em outubro de 1905, no distrito de Agudos, Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul. Filho primeiro de mais 13 irmãos de um casal de imigrantes italianos, cedo, muito cedo, aprendeu a lutar pela sobrevivência. Meu pai chegou analfabeto até incorporar em uma unidade do Exército Brasileiro onde cumpriu seu tempo no município onde nasceu. Foi durante seu tempo de caserna que aprendeu a ler e escrever, tendo dado baixa como soldado exemplar, pois além de cumprir a sua obrigação com a Pátria, ainda atendia a esposa dona Maria e os filhos menores Arnaldo e Antoninha.

Meu pai aprendeu no Exército, que o homem vale pelo que sabe. Aprendeu muito ou o suficiente para instruir aqueles que sabiam menos que ele. Tornou-se autodidata. As dificuldades cresciam no Rio Grande do Sul. Aquela terra antes fértil perdia pelo humos catarinense. E um belo dia, lá vinha ele, com a esposa e o casal de filhos menores. Como chegou e quem o trouxe, não sei como.



Concórdia em 1930, o que podia ser? Nem imagino. Mas ele não ficou na sede de uma localidade que hoje é uma das principais cidades catarinenses. Preferiu o interior mais fundo, mais selvagem e mais agrífeste. Foi parar em Alto Alegre, a 14 km da vila que nascia. Foi nessa paragem que nasci, oito anos depois.

Meu pai chegou com a mãe, com o Arnaldo e a Antoninha. Depois vieram a Iolanda, o Álvaro, eu e o Bruno. Os filhos cresciam em companhia de outras crianças e precisavam de escola. Alto Alegre despontava e a população estudantil reclamava pela primeiras letras. Primeiro era preciso providenciar a casa escolar, depois, o resto, seria mais fácil. Meu pai, partiu para a obra plantando duas forquilhaes fortes, atravessou entre uma e outra uma madeira roliça ligando a este duas outras com uma das pontas junto a terra. Estava montada a serra. Um amigo o auxiliou no puxar a serra. Meu pai ficava sobre a tora e o outro em baixo. Nesse movimento vertical de puxar e empurrar a lâmina começou a serragem da madeira para a escola municipal. Dias depois a madeira estava pronta e a construção da escola foi começada. Concluída a obra meu pai foi à cidade pedir um professor. Voltou ele mesmo como mestre. Anos e anos lá lecionou para gerações sucessivas, que tiveram nele o único professor.

A população com escola, faltava a igreja. Meu pai partiu para essa obra e os habitantes, de Alto Alegre passaram a ter uma casa de orações e receber a visita de padres da Igreja Católica Apostólica Romana. Tanto o templo religioso como a escola ficavam em frente a nossa casa.

Veio a última grande guerra. Descendente direto de italianos, meu pai não sabia pronunciar uma palavra no idioma italiano. As autoridades da época proibiram qualquer manifestação em público que relembresse a Itália. Meu pai foi designado fiscal para cumprir essa ordem, Inspetor de Quarteirão, numa localidade habitada essencialmente por imigrantes italianos, fazer cumprir a proibição era fogo. Meu pai levou-a muito a sério e fazia cumprir rigorosamente.

Meu pai sempre foi um homem de muita coragem. Num domingo de festa os italianos de Alto Alegre resolveram desafiar a autoridade de meu pai e depois de muito vinho durante a festa religiosa, subiram em uma mesa e começaram a cantar a "La Virginella". Meu pai estava em casa e percebeu o desafio. Na época não havia condução, automóveis ou caminhões. Chamou o Arnaldo e mandou que de imediato ensilhasse o cavalo. Ruano, nosso único meio de transporte. Enquanto o mano preparava o animal, meu pai foi a Igreja e prendia todos os manifestantes. Saltou no Ruano e tocou pela frente até Concórdia todos os insurretos, entregando-os às autoridades policiais. Nós ficamos em casa chorando e rezando para que a meu pai nada acontecesse. Na saída, esporiando o cavalo ele gritou para a mãe: "Atenda as crianças que vou mostrar a esses gringos como se respeita o País onde vivem".

A partir daquele dia meu pai passou a sofrer uma série de perseguições. Até nós não podíamos sair às ruas. Uma noite um gringo tentou assassiná-lo. Jogou um pesado tapapé contra a janela do quarto do casal pretendendo alcançar meu pai dormindo. A arma estilhaçou a janela e caiu no berço de minha irmã, quase a matando. Meu pai, em um salto, estava na janela e de revólver em punho desafiou Alto Alegre toda para vir acertar contra a vida de um cidadão e de uma criança na calada da noite. Ninguém apareceu porque o covarde e quase assassino escondeu-se atrás de nossa própria casa.

A vida social e de trabalho de meu pai e para nós tornou-

se insustentável em Alto Alegre. As crianças que ele ensinou a ler e escrever já podiam substituí-lo na escola. A igreja recebia os fiéis e o comércio florescia. Meu pai deu por encerrada sua missão naquela comunidade e partiu para a fundação de uma outra. Mudamos para uma região, dentro do próprio município de Concórdia, sem denominação ainda. Uma duas ou três casas de agricultores eram todos os sinais de civilização. O pioneirismo de meu pai continuava.

A nossa mudança de Alto Alegre para a localidade que, posteriormente, ele denominou de Oito de Maio, em homenagem ao dia da proclamação de paz da última grande guerra, foi feita em uma carroça cedida por um amigo. Os filhos que já podiam andar seguiram atrás, a pé, e os menores no Ruano, com a mãe. Mata virgem. Sertão impenetrável. Tupo estava por fazer, nem casa tínhamos. A madeira de nossa casa foi serrada naeuele mesmo sistema. A serra era movida pelos braços de meu pai e por algum homem que se dispunha a ajudá-lo. Em fim ele foi construída e nós passamos a ter um teto. E outras e outras mais foram surgindo. A mata dava lugar a mais famílias que vinha do Rio Grande do Sul e o Oeste Catarinense foi sendo colonizado.

Na Linha Oito de Maio nasciam ainda o Arthur e a Julieta. Nós tínhamos que estudar e não havia escola. Meu pai, novamente partiu para a construção da casa escolar. Edificada, passa ele a lecionar. Os alunos faziam até seis km por picadas de mato para aprender a ler e escrever com meu pai. Para muitas crianças a distância era demais e a população estudantil já comportava mais uma escola. Meu pai construiu outra na Linha Picadão. De manhã lecionava em uma, à tarde em outra. Mas a distância entre nossa casa e as escolas era superior a dois km que meu pai vencía com galhardia e facilidade.

Foi na Linha Oito de Maio que sofri a maior tristeza de minha vida, como criança. Minha mãe morreu de embolia, causada por uma cesariana, quando nasceu a Julieta. E tinha 10 anos e minha irmã ficou com oito dias. O Arnaldo, o mais velho, já trabalhava em uma farmácia, em Concórdia. Ficamos com o pai e a Antoninha que tinha 15 anos. Éramos tão pobres que para o pai fazer o sepultamento da mãe teve que pedir 200 contos emprestados de um amigo. Dias depois o cidadão insistiu na cobrança e meu pai foi obrigado a vender a única vaca de leite que tínhamos para o pagamento.

Meu pai foi um herói. Oito filhos pequenos, viúvo e pobre, mas, soube manter-nos todos unidos em torno dele e nos criar com decência e em ambiente sadio. A Julieta sempre doente e eu quebro a perna durante o recreio num jogo de pelada, cuja bola era de maia velha e serragem. Os problemas eram tantos e as dificuldades tamanhas que um dia ele desabafou: "Será que o Céu está contra mim".

Meu pai sempre foi um homem justo e sabia reconhecer a razão de que a tinha. Atendendo as escolas, a Igreja, os filhos menores, a lavoura e outros compromissos, de vez em quando, surgiam reclamações contra ele. Em certa ocasião as queixas eram tantas que ele resolveu convocar uma reunião com os pais dos alunos em nossa casa. O encontro durou uma tarde toda. Terminada a reunião, entrei na sala e escutei a Antoninha dizer para o pai. "O Senhor não podia ficar calado, não podia aceitar tudo o que disseram a seu respeito. Afinal o senhor faz tanto sacrifício para ensinar os filhos dessa gente a ler e escrever e eles vem em nossa casa dizer-lhe tudo isso". Meu pai olhou para a filha e tranquilo e seguro respondeu. "Eu não tinha razão, minha filha".

Um dia meu pai estava acamado quando recebeu o pai de

um aluno reclamando contra uma punição que ele havia dado ao estudante indisciplinado. Meu pai explicou-lhe os motivos que foram aceitos pelo pai do aluno. Ao deixar o quarto o homem disse algo para meu pai que ele não gostou. Saltou de pé e amparado a janela do quarto gritou quando o homem já ia estrada afora. "De aluno sem educação não preciso. Pegue seu filho e, o enfie no útero de sua mulher."

Veio o primeiro censo demográfico e meu pai, a cavalo, percorreu todo o Oeste Catarinense, contribuindo com as autoridades da União, para dizer quantos brasileiros éramos na década de 40. Meu pai já estava um tanto cansado de lecionar. Cego de um olho e mesmo assim continuava ensinando. Anos depois foi aposentado por invalidez como professor primário. Ao receber a aposentadoria passou a escola para a Antoninha que continua seu trabalho no magistério municipal e hoje está prestes a se aposentar por tempo de serviço.

Filhos crescidos, todos moços, meu pai deixou Linha Oito de Maio e mudou-se para o município de Salgado Filho, extremo Sudoeste paranaense, onde o Arnaldo já estava estabelecido com farmácia. Com meu pai foram o Álvaro, o Bruno, o Arthur e a Julieta. A Antoninha e a Iolanda continuavam residindo em Concórdia. Eu frequentava a Faculdade de Jornalismo, em Curitiba, onde resido atualmente. O bandeirantismo de meu pai estava em seu sangue. Já velho, escolheu uma região em fase de conquista, para viver seus últimos dias. Chegando em Salgado Filho, de imediato, foi requisitado para colaborar na conscientização dos agricultores para atraí-los ao sindicalismo. Nascia a sindicalização rural e já falava-se em Funrural e outros benefícios que a classe teria.

Meu pai, a pé ou a cavalo, percorreu todas as colônias explicando aos homens da terra a necessidade de se associarem ao sindicato. Dias depois começaram a chegar os primeiros pedidos de admissão e cresceram tanto que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão resolveu criar em Salgado Filho uma delegacia regional, designando meu pai delegado. No seu falecimento estava com mais de 900 agricultores sindicalizados e algumas dezenas aposentados pelo Funrural. Para a sindicalização e aposentadoria meu pai entrou em contato com a verdadeira situação do agricultor, o estado em que vivia. Seguidamente me escrevia dizendo não ser possível imaginar quanta pobreza e miséria reinavam nas lavouras. Lamentava também o estágio de ignorâncias em que vivia o homem da terra.

Aos 65 anos, meu pai também foi beneficiado com a aposentadoria do Funrural. Fez parte da associação que construiu o hospital do Trabalhador Rural de Salgado Filho, da qual era secretário. Em Salgado Filho construiu-se uma Igreja nova. Nas horas de folga meu pai colaborava para que ela ficasse pronta o mais breve possível. Não a viu concluída mas seu esquite foi o primeiro a dar entrada naquele templo religioso inacabado, para a missa de corpo presente.

Meu pai nasceu com os pés na terra. Foi sepultado em um cemitério que mais parecia uma lavoura. Mas esta seria a sua vontade porque sempre foi amigo do solo, e cargo ou função nenhuma ele trocaria por uma lavoura de milho, de arroz, soja ou feijão. Os médicos recomendavam que ele não mais trabalhasse e ante a insistência dos filhos para que se cuidasse, respondia que a terra lhe fazia bem e que a enxada era o seu melhor tratamento.

de uma consciência em paz. Sempre me dizia que quem obedece não erra. O respeito ao semelhante era outra filosofia de meu pai "Devemos respeitar para sermos respeitados".

Meu pai era um homem sem defeitos e sem pecados. Se algum inimigo ele deixou que encontre nele o que os filhos nunca viram. Meu pai cumpriu sua obrigação com a Família, com o Município, com o Estado e com a Pátria."

#### RESOLUÇÃO N.º 22/76.

DATA: 07 de Maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Cafeara, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Rural Estadual Silveira Neto e o Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Cafeara, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Rural Estadual Silveira Neto e o Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07/05/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

#### RESOLUÇÃO N.º 23/76

DATA: 07 de Maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração, com o município de Campina da Lagoa, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Roberto Brzezinski, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 02 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da secretaria da Administração, com o Município de Campina da Lagoa, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Roberto Brzezinski, na sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## RESOLUÇÃO N.º 24/76.

DATA: 07 de Maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Capitão Leônidas Marques, objetivando a execução de reparos em próprios Estaduais, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 06 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Capitão Leônidas Marques, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Tenente Carlos Argemiro de Camargo, o Ginásio Estadual Antônio de Castro Alves e o Grupo Escolar Orlando Luiz Zampronio, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 07/06/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

## RESOLUÇÃO N.º 25/76.

DATA: 07 de Maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Florestópolis, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Nilson Ribas e o Ginásio Estadual Professora Eudice Ravagnani de Oliveira, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 17 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Florestópolis, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Nilson Ribas e o Ginásio Estadual Professora Eudice Ravagnani de Oliveira, na sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07/05/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
PRESIDENTE

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 568/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7937/74, de 16 de setembro de

1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de CENIRA DOS SANTOS FREITAS, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de dezembro de 1974

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 569/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7941/74, de 16 de setembro de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOEL DA SILVA NATAL, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Motorista, Grupo Ocupacional de Transportes, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de dezembro de 1974

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário.

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 570/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária LAUDICÉIA VIEIRA DOS SANTOS, ora a disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 1.º de Setembro de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de dezembro de 1974

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO N.º 1/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

aprovar o Orçamento Analítico desta Assembléia Legislativa,



para o exercício financeiro de 1975 (hum mil novecentos e setenta e cinco).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

3.0.0.0	DESPEAS CORRENTES	54.033.800
3.1.0.0	DESPEAS DE CUSTEIO	43.000.000
3.1.1.0	PESSOAL	35.500.000
01	VENCIMENTOS E VANTAGENS	
	FIXAS . . . . .	22.200.000
01	- Subsídios. . . . .	2.500.000
02	- Vencimentos dos Cargos de	
	Prov. Efetivo . . . . .	13.000.000
03	- Vencimentos dos cargos de	
	Prov. em Comissão. . . . .	340.000
05	- Função Gratificada . . . . .	850.000
06	- Gratificação de Representação . . . . .	1.000
07	- Gratificação de Representação	
	de Gabinete . . . . .	1.500.000
08	- Grat. P/Exerc. em Regime de	
	Tempo Int. e Def. Excl. . . . .	1.000.000
09	- Gratif. Adicional por Tempo	
	de Serviço . . . . .	2.000.000
12	- Grat. p/Exerc. de Trab. de Nat.	
	Esp. c/ Tisco de Vida ou Saúde . . . . .	180.000
13	- Auxílio p/Diferença do Caixa . . . . .	23.000
14	- Substituições	100.000
17	- Outras Vantagens	550.000
18	- Salário do Pessoal Temporário	156.000
02	DESPEAS VARIÁVEIS	13.300.000
01	- Subsídios Variáveis dos Deputados . . . . .	4.400.000
02	- Grat. p/Prest. de Serv. Extraord. . . . .	5.160.000
03	- Grat. p/Elab. de Trab. Téc. ou Cient. . . . .	500.000
05	- Diárias. . . . .	350.000
06	- Ajuda de Custo-Deputados	2.700.000
	Funcionários	100.000
		2.800.000
08	- Outras Vantagens do Pessoal	
	Temporário . . . . .	90.000
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	1.200.000
02	- Artigos de Expediente, Des. Ens. e	
	Educação	230.000
03	- Material de Limpeza, Conserv. e	
	Desinfecção	18.000
04	- Combustíveis e Lubrificantes	210.000
05	- Mater. Util. em Oficina, Acess.,	
	Peças de Máquinas de Viat., de Aparelhos	
	e de Instalação	180.000
08	- Gêneros de Alimentação e Dieta em Geral	40.000
10	- Materia Primas e Mat. p/Serv. Diversos	13.000
11	- Produtos Químicos Farm. Biológicos,	
	Odontol., Artigos Cirúrgicos e Outros	
	de Uso em Laboratório	25.000
13	- Vestuários, Fardamentos, Tec. em Geral,	
	Roupa de Cama, Mesa e Banho; Mater. de	
	Dormit., de Copa e Cozinha	20.000
16	- Placas, Letreiros e Similares	8.000
17	- Mat. Elétrico, de Ilum. de Rádio e de Eletr.	17.000
18	- Outros Materiais de Consumo	439.000
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.400.000

02	- Passagens, Transportes de Pes. e de		2.750.000
	s/Bagagens		
03	- Assinaturas de Org. Ofic. Jornais,		10.000
	Revistas, Pibl. Periódicas, Recortes		
04	- Iluminação e Força Motriz		170.000
05	- Serviços de Água e Esgotos		20.000
06	- Serviços de Asseio e Higiene		250.000
07	- Reparos, Adaptações, Recup., e		
	Conserv. de Bens Mov. e Imóveis		140.000
08	- Divulgação de Atos Oficiais, Serv. de		
	Impr. e Encard.		70.000
10	- Serviços Telefônicos, Telegráficos, Radiogr.,		
	Postais e Assinaturas de Caixas Postais		340.000
11	- Aluguel, Arrendamentos de Imóveis,		
	Foros e Despesas de Condomínio		120.000
12	- Seguros em Geral		30.000
13	- Serviço de Alimentação		70.000
16	- Locações Diversas		150.000
20	- Publicação e Propaganda		280.000
3.1.4.0	ENCARGOS DIVERSOS		1.600.000
01	- Despesas de Pronto Pagametro		150.000
02	- Premio, Condec., Diplomas e		
	Medalhas		60.000
03	- Repr. Festiv., Recpç.		
	Hospedagens e Homenagens		1.250.000
07	- Seleção, Aperfeiçoamento e		
	Especial do Pessoal		20.000
21	- Impostos e Taxas		10.000
22	- Outros Encargos		110.000
3.1.5.0	DESPEAS DE EXERCÍCIOS		
	ANTERIORES		300.000
01	- Despesas de Exercícios Anteriores		300.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		11.033.800
3.1.0.0	SUBVENÇÕES SOCIAIS		5.500.000
5	- INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.650.000
5.1.	- Instituições Educativas e Culturais		190.000
5.2.	- Instituições de Assistência Social		170.000
5.3.	- Instituições de Saúde Pública		170.000
5.4.	- Instituições Diversas		1.120.000
6	- OUTRAS INSTITUIÇÕES		3.850.000
6.1.	- Assistência Social		3.800.000
6.3.	- Serviços Funerários		50.000
3.2.3.0	TRANSF. DE ASSISTÊNCIA E PREV.		
	SOCIAL		5.040.000
1	- INATIVOS		3.300.000
2	- PENSIONISTAS		1.300.000
3	- SALÁRIO FAMÍLIA		440.000
3.2.5.0	CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA		
	SOCIAL		493.800
1	- Contribuição do Estado ao IPE		400.000
2	- Contr. do Estado ao INPS		43.800
4	- Contr. do Estado ao FGTS		50.000
4.0.0.0	DESPEAS DE CAPITAL		10.500.000
4.1.0.0	INVESTIMENTOS		3.500.000
4.1.3.0	- EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES		

01 - Máquinas, motores e Aparelhos	400.000
04 - Automóveis, Autocam., e outros	
Veic. de Tração Mecânica	400.000
07 - Diversos Equipamentos e Instalações	700.000
4.1.4.0 - MATERIAL PERMANENTE	

02 - Material Bibliogr., em Geral, Filmotecas; Discotecas.	50.000
03 - Ferramentas e Utensílios Agrícolas e de Oficinas	50.000
04 - Materiais e Acessórios para Instalação em Geral	50.000
06 - Material Artístico, Instrumentos e Música, Insignias e Bandeiras	20.000
07 - Utensílios de Copa, Cozinha, Dormitórios e Enferm.	50.000
08 - Viaturas de Pequeno Porte	35.000
09 - Móveis e Utensílios de Escrit., Biblioteca, Ensino, Engenh., Laborat., e Gab. Técnico e Científico	500.000
10 - Objetos Históricos, Litúrgicos, Obras de Arte, Espécimes e Outras Peças destinadas a Coleção de qualquer natureza	100.000
12 - Outros Materiais Permanente	1.145.000

4.2.0.0 - INVERSÕES FINANCEIRAS . . . . . 1.000.000

4.2.1.0 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS. . . . . 1.000.000

2 - Aquisição de Imóveis . . . . . 1.000.000

4.3.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL . . . . . 6.000.000

4.3.3.0 - AUXÍLIO PARA OBRAS PÚBLICAS . . . . . 6.000.000

2 - Entidades Estaduais - D E O E . . . . . 6.000.000

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 72ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1976**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Ivan Rüppel, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Francisco Escorsin e Wilson Fortes (45); achando-se ausentes os Srs. Deputado Del Ciel, Aragão de Mattos Leão, Edilson Alencar, Ernesto Gnoato, Gilberto Carvalho, Jurandir Messias, Luiz Roberto Soares e Nelson Buffara Buffara (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE ( Paulo Camargo ) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 39/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 66/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de reparos no prédio destinado às instalações da sede do 7º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, na sede do referido Município. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 40/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 72/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Matelândia objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Euclides da Cunha, Grupo Escolar D. Pedro II, Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade - **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 20, quinta-feira, as 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 173/76

Levanta-se a Sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 73ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1976.**

Presidência do Sr. Deputado Gabriel sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima,, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (45), achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel,

Aragão de Mattos Leão, Edilson Alencar, Ernesto Gnoato, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jurandir Messias, Luiz Roberto Soares, e Nelson Buffara (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

# SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei 19/76.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, na cidade de Araucária, da Sra. JULIA ODPIS, pois tratava-se de pessoa bem relacionada nos meios sociais daquela comunidade, bem como de larga projeção social. Outrossim, solicita o signatário, após a decisão do Plenário, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa dos Srs. João Odpis, e Miguel Odpis, à rua Dr. Victor do Amaral e Rodovia do Xisto, acuidados do Correio, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Dr. OSIRES TABALIPA BERTOLOTI, ocorrido em União da Vitória. O extinto, pessoa de tradicional família daquele município, deixa uma lacuna insubstituível naquela comunidade.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Olindo Bertolotti.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1976.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na qualidade de Líder da Bancada do MDB nesta Casa, vem indicar os nomes dos Deputados MUGGIATI FILHO e LINEU TRRRA, sendo como suplentes os Deputados Nilso Sguarezi e Adalberto Daros, para comporem a comissão Especial, que examinará os projetos de Emendas Constitucionais, que tratam do Ministério Público.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1976.

a) OSVALDO MACEDO — Líder do MDB

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, da Casa, requer ouvido o Plenário, adiamento de votação por cinco (05) sessões, do Projeto de Lei 30/76.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Casa, requer ouvido o Plenário, inversão da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1976.

(a) IVO THOMAZONI — Líder da ARENA  
(Apoiamento) a) ROSÁRIO PITELLI

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

LEOPOLDO JACOMEL

GABRIEL SAMPAIO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Usando de suas prerrogativas constitucionais, o Deputado abaixo assinado, requer após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Exmo. Sr. Dr. FRANCISCO BORSARI NETO, Secretário da Educação e da Cultura do Estado do Paraná, no sentido de que seja providenciado, com a máxima urgência, melhores condições de funcionamento ao Colégio Comercial Estadual de Ponta Grossa, que nesta data completa seus dezessete anos de

fundação e funcionamento, sendo um dos estabelecimentos de ensino mais tradicional desta cidade.

Justifica-se o presente pedido, em virtude que as atuais condições do Colégio Comercial não atinge o mínimo exigido pela atual Legislação vigente, ou seja, a Lei 5692/71, pois não há o Gabinete para Direção, não há sala para Coordenação, Sala de Mimiógrafo e impressão, sala para escritório Modelo, local adequado para funcionamento do Grêmio Estudantil, Sala para Professores, Biblioteca e muito menos sala para Orientação Pedagógica, e nada mais justo que ao festejar seus 17 anos de precário funcionamento, esta Escola seja alvo da sensibilidade por parte das autoridades competentes.

A atual Escola foi criada em dezembro de 1958, com a denominação de Escola Técnica de Comércio, e hoje funciona sob a denominação de Escola, ou seja, Colégio Comercial de Ponta Grossa, abrigando um total de 665 alunos.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

### PROJETO DE LEI:

#### PROJETO DE LEI 57/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Passa a denominar-se Instituto de Polícia "JOSÉ MERHY", o Instituto de Polícia Técnica da Secretaria da Segurança Pública.



Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1976.

a) IVO THOMAZONI

#### JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado acaba de concluir e inaugurar o novo prédio do Instituto de Polícia Técnica, dotando-o com essa magnífica obra, de instalações excelentes, adequadas às suas finalidades e compatíveis com sua importância, das quais carecia, de há muito, para poder desenvolver plenamente suas atividades técnico-científicas.

É, sem dúvida, motivo de regozijo para o Governo e povo paranaenses. E quando, nesse justificato clima de euforia, são lembrados para a admiração e o respeito do povo da nossa terra, os nomes de todos quantos prestaram assinalados serviços ao Instituto de Polícia Técnica, contribuindo para torná-lo um departamento dos mais conceituados do País, não se pode deixar de ressaltar, entre tantas personalidades, a figura do ilustre e saudoso Dr. José Merhy, que, como Chefe de Polícia, lutou incansavelmente, para consolidar a feliz iniciativa “numa época — como acentua o brilhante jornalista Pinheiro Jr. — em que a atuação da polícia científica, ainda inexpressiva por força das circunstâncias, ameaçava enterrá-la sob o descrédito geral”.

Justo, portanto, que se homenageie a sua memória, designando-se com o seu respeitável nome, o novo Instituto de Polícia Técnica, que é o que se pretende com este plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência registra a presença e convida para que tomem assento nas tribunas laterais, o Sr. Dr. Leônidas Taborda Ribas, Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público, bem como os Srs. Procuradores da Justiça e Srs. Promotores da Justiça.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Nunca existiu balanço mais espetacular em matéria de queda da reincidência criminal no Brasil, além do que acaba de ocorrer atualmente no Paraná.

A redução vertical do índice criminal em nosso Estado aparece em hora oportuna, para demonstrar que a “Operação Indulto” e, da mesma forma, a “Operação Liberdade”, criadas e executadas de maneira formidável, pelo Secretário da Justiça, Deputado Túlio Vargas, ultrapassaram todo e qualquer resultado imaginável.

A prova: enquanto nos anos passados a taxa de reincidência girava em torno de 60 por cento, presentemente sua queda chegou a quase 1 por cento, cuja proporção representa um feito sem precedentes em toda a história penal de nosso País.

O que foi que realmente aconteceu? Segundo o famoso penitenciário Warren Burger, ex-Presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, “o terrível preço que nós estamos pagando ao crime é porque uma vez terminado o drama do julgamento, nós passamos a olhar todo o criminoso como lixo humano”.

Os esforços em busca de uma fórmula capaz de operar aperfeiçoamento do sistema presídial têm sido inúmeros, mas nenhuma solução satisfatória chegou a ser encontrada e aplicada nos termos práticos, capaz de produzir uma reforma tão radical e profunda.

Solicitado a explicar o fenômeno, o Secretário Túlio Vargas não deixou margem para dúvida: “a humanização da execução penal nos estabelecimentos penais do Paraná consiste no respeito à dignidade dos internos e na promoção de seus valores iminentes.

Uma das primeiras providências adotadas, foi a proibição de castigos corporais, confinamentos degradantes e a realização de um programa de permanente assistência global à toda a população carcerária, desde o setor recreativo-educacional e espiritual, até a área da profissionalização”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, trata-se de uma condição “sine qua non” que precisa ser encarada com senso de realidade, pois só mudando nossa atitude com o criminoso esperar que ele faça a mesma coisa com a sociedade, “Era sempre em caráter pessimista que se via a soltura de indultados, geralmente aqueles infratores de crimes contra o patrimônio, eis que, o regresso às casas do presídio era uma certeza constante”.

Com essas palavras, o respeitado magistrado Negy Calixto, da Vara de Execuções Penais, sauda a maravilhosa metamorfose em ofício dirigido ao Secretário Túlio Vargas.

E prossegue com sua indiscutível autoridade no assunto: “Face à aplicação da chamada OPERAÇÃO - INDULTO, implantada por V. Exa., o regresso ao presídio, por nova infração, até o presente momento, está na ordem numérica de três apenas, dando-se um espantoso resultado do qual não poderia silenciar, sob pena de estar omitido o trabalho do governo.

Confesso que não conheço resultado idêntico em nenhum Estado da Federação, quanto ao baixíssimo índice de reincidência pós-indulto.

O trabalho desenvolvido por V. Exa. dá uma demonstração altamente elogiável, porque traduz, na prática, toda a teoria que se constrói e se discute no tratamento do delinqüente e na prevenção do crime”.

Ademais, como reconhecimento pelo acerto das reformas introduzidas no sistema presídial do Paraná, o Secretário Túlio Vargas acabou de receber a “Medalha do Mérito”, da Maçonaria Brasileira, com a galhardia adquirindo sentido espiritual por não figurar o premiado nos quadros da referida agremiação.

O segredo desse feito sem precedentes reside no velho aforismo da imperecível língua de Pitágoras: “Panton Khrematon meton antpos”, ou seja: “o homem é a medida de todas as coisas”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Gabriel Sampaio Concedo a palavra ao

Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Falamos, muitas e muitas vezes, desta tribuna, que em nenhuma oportunidade na história deste País, a violência da corrupção e da desonestidade se caracterizou tanto como nestes últimos anos; até parece que o procedimento já se tornou costume, e a grande verdade é incontestável — SALVE-SE QUEM PUDE.”

Recebi, datada do dia 10 do mês corrente, carta subscrita por OTONIEL SOUZA, lavrador, residente e domiciliado no município de Guatiguá, anexando um rótulo de um dos produtos industrializados, pela Mineração Paranaense Ltda., instalada na Estrada do Cerne, km 99, em cuja carta o missivista denuncia que, a referida firma está explorando violenta e desonestamente aberto, os lavradores, vendendo seus produtos em sacos de 30 quilos, enquanto na realidade os sacos de produtos rotulados com a declaração de conterem 30 quilos líquidos por unidade, não contém mais do que 21 ou 22 quilos.

Podíamos dizer, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, o fato denunciado pelo missivista não é novidade, porque ninguém desconhece o carnaval de abusos e de exploração que se tem feito nestes últimos anos, principalmente contra a economia do lavrador, desse homem que constrói o Brasil através do suor do rosto e dos calos das mãos, sem que nenhuma medida seja tomada para se estabelecer proteção a essa classe que garante, acima de tudo, a subsistência alimen-

tativa de cem milhões de brasileiros. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos, de forma alguma, na qualidade de representante do povo, apesar de conhecer a triste liberdade de exploração humana que subsiste no Brasil de hoje, deixar de denunciar fatos como este, e acima de tudo, de omitir ao pedido de providências necessárias do órgão competente. E é isto que iremos fazer nesta oportunidade, vamos requerer à Douta Mesa deste Poder Legislativo do Estado, encaminhamento de requerimento ao INSTITUTO BRASILEIRO DE PESOS E MEDIDAS, Seção do Paraná, pedindo àquele órgão, fiscalização urgente, sobre o fato denunciado, procedendo imediata observação sobre a denúncia efetuada pelo MISSIVISTA e a consequente abertura de inquérito competente contra a firma apontada, inclusive para o procedimento de indenização aos lavradores que dela se serviram na compra de seus produtos, recebendo esses produtos com diferença de pesos concernentes aos estabelecidos nos impressos de cada unidade.

O requerimento está assim vazado:

**SÚMULA:** Requer ao INSTITUTO BRASILEIRO DE PESOS E MEDIDAS, Seção do Paraná, providências urgentes de fiscalização e aplicação de medidas corretivas sobre a firma MINERAÇÃO PARANAENSE LTDA., instalada no quilômetro 99 da Estrada do Cerne, que segundo denúncia devidamente assinada, está entregando os seus produtos ao consumidor com diferença dos pesos anunciados.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei, e tendo em vista denúncia efetuada pelo agricultor OTONIEL SOUZA, proprietário, residente e domiciliado no Município de Quatiguá, neste Estado, fazendo juntar fotocópia da carta referida, e recorte de uma das embalagens da firma denunciada, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao INSTITUTO BRASILEIRO DE PESOS E MEDIDAS, o seguinte requerimento.

a) — Providências imediatas no sentido de verificar junto à firma denunciada a procedência da denúncia efetuada, e competente aplicação através do órgão correspondente das penas que couber.

b) — Dar conhecimento a este parlamentar das providências tomadas, bem como de relatório a que se refira, as mesmas providências.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1976".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados. A Casa hoje leva aos seus Anais, uma das melhores e mais seletas platéias que assistem o desenrolar de nossos trabalhos, e queria de antemão, além de cumprimentar as ilustres autoridades que aqui fazem assento, publicamente declarar o meu voto contrário à inversão dos trabalhos do dia de hoje, porque não seria nesta data a memorar este Paraná, um dos fatos inéditos nesta história, nos anais desta Casa, a inversão dos trabalhos do dia de hoje.

Queria, além disso, testemunhar e publicar nosso voto contrário à inversão dos trabalhos do dia de hoje, transferindo um pedido a este Douto Plenário, que não aprovasse este requerimento, para que estas Excias. que aqui se fazem presentes, testemunhassem através de suas presenças o trabalho, acima de tu-

do, a dignidade dos Srs. Deputados, no trâmite legal e principalmente idôneo, como é feito diariamente, mensalmente, anualmente, os trabalhos deste Legislativo. E não seria hoje, com esta grande platéia que nós teríamos a inversão da Ordem do Dia, e consequentemente, a inversão daquilo que nós diariamente vemos neste plenário, qual seja, as sessões tradicionalmente realizadas no exercício, do começo ao fim principalmente, não dotando esta Casa da inversão da Ordem do Dia.

Mas o que nos traz, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a usar da palavra nesta tarde, é para trazermos agora transcrito nos Anais de todos os órgãos de divulgação deste Estado, e mais particularmente na "Tribuna do Paraná", aquela denúncia feita, desta tribuna, há meses passados, por este Deputado e outros parlamentares, tanto do MDB como da ARENA, denúncia às vezes contestada por lideranças desta Casa, mas hoje, para vergonha deste Estado, desta Nação, deste Governo, vemos que aqueles trustes internacionais, acobertados por outras funções governamentais, fazem o que querem com a economia popular, principalmente com a saúde de nossas gerações, mais praticamente com nossas crianças, não só de Curitiba, não só de minha cidade de Ponta Grossa, mas deste Estado, desta Nação que é nosso querido Brasil.

Está inserido nos jornais, que acabou o mistério do leite. Fraude na comercialização. Senhores proprietários assinavam, como denunciemos, assinavam ao ilustre Delegado da SUNAB, balancetes mensais, balancetes diários fraudulentos, que já antevíamos. É a vergonha administrativa em certos setores. Sempre estivemos presentes e hoje o Paraná toma testemunho daquilo que antecipavam os Deputados da ARENA e do MDB.

Aquela fraude foi apresentada não sei por quem, mas hoje, com a Graça de Deus, vemos que temos na administração, poucos, é verdade, mas alguns homens decentes deste Estado e desta Nação.

Está aqui inserido aquilo que este Paraná testemunhou, aquilo que sofremos em nossa carne de chegarmos num estabelecimento comercial e de, além da amizade com o dono, enfrentarmos filas para conseguir um simples litro de leite para nossas crianças.

Aqui está, Sr. Presidente, e queria transferir para os Anais desta reunião de hoje, aquilo que não foi denúncia nossa. Mas estes homens da lei é que devem fazer cumprir a lei que ninguém cumpre.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) A mesa anuncia que seu tempo está esgotado, e concede mais alguns minutos para que termine.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Há a entrada de 180 mil litros de leite quase que diariamente em Curitiba, garantida pelo Delegado Pedro Tocafundo da SUNAB, que prova o fato com boletins de controle, que é uma farsa, não somente em Curitiba mas em minha cidade de Ponta Grossa. É uma vergonha ao Paraná inteiro.

Como acabar com essa gente?

Fica aqui a denúncia contra aqueles que não podem mais enganar a opinião pública. Fica o apelo às autoridades responsáveis do Paraná e deste País, para que tomem as medidas proibitivas que iremos fiscalizar.

Devido à escassez do tempo, voltarei à tribuna para rememorar a este Estado aquilo que denunciemos.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já estamos habituados a um regime de exceção. Já esta-

tamos afeitos e nascemos já por exceção. Acaba de nascer, fruto de lei excética neste País, mais um projeto que procura restringir o juízo, o julgamento deste povo brasileiro, àqueles que pretendem submeter ao processo de julgamento popular.

Falo do Projeto que S. Exa. mandou ao Congresso Nacional e que procura restringir o acesso à liberdade e à possibilidade dos candidatos das próximas eleições, às rádios, às televisões para que, através daí, usando do período destinado à propaganda eleitoral, os candidatos possam desfilar, transmitir suas idéias, seu pensamento e sua própria condição de ser representante legítimo do povo brasileiro.

É lamentável que depois de uma grande conquista: o voto popular secreto e direto, tenha a legislação brasileira que registrar mais uma capitulação nessa conquista de liberdade.

Sendo o voto de liberdade, de independência, o Projeto de Lei visa o impedimento e o acesso às emissoras, representa, desta forma, um modo de retroagir ao tempo e ao próprio Direito.

Como disse Paulo Brossard, o projeto pretende transformar o acesso à televisão de candidatos, de fantoches em cinema mudo, como se poderia julgar aquele que desfila sem dizer palavras, daquele que, através de suas condições pessoais, poderia manipular os seus conhecimentos e sua própria inteligência, enriquecendo assim, a representatividade das câmaras e de todo o processo de mudança do representante público.

Quando se procura afirmar que está na época de formação das lideranças, como poderíamos julgar um projeto do Governo que propala a todos os cantos do Brasil e do Exterior que pretende uma democracia de forma gradual e lenta, se ele autoriza, e quase impõe ao Congresso Nacional, a apreciação de uma lei que haverá de ser a legitimação da Democracia neste País.

Deixo, mais uma vez, registrado desta tribuna, o meu protesto, a minha manifestação de desagrado, de desconfiança até, que se pretende conquistar a Democracia. E ao falar em conquista de Democracia, a todos os momentos, lenta e gradual, se reconhece que, neste País, não existe a Democracia.

Deixo aqui, não em nome do Partido, mas em meu nome, pessoal, o testemunho e a desconfiança que o Governo não pretende dar a este povo a liberdade de julgar aqueles que pretendem ser seus representantes.

Muito obrigado. — **Sem revisão do orador.**

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Manoel) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, quinto orador inscrito.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está escrito na Bíblia: “No princípio era o Verbo”. Mas, neste ano da graça de 1976, nem o „Princípio”, estamos assistindo neste País.

Pois se proíbe, agora, também o uso do “verbo”. Em nome da bancada do MDB desta Casa, queremos condenar com toda veemência o anteprojeto de lei elaborado pelo Governo da República, que pretende alterar durante a campanha eleitoral, a propaganda política gratuita nas emissoras de rádio e televisão.

O País inteiro tomou conhecimento, no dia de hoje, das alterações pretendidas pelo Governo Federal, na legislação eleitoral que disciplina a propaganda gratuita nas campanhas eleitorais nas emissoras de rádio e televisão. Já fazia tempo que estavam em gestação essas alterações. Agora elas chegam ao conhecimento público, e chegam piores que estavam previstas. Mais uma vez comprova o governo estar com medo do livre jogo democrático. O governo não quer o debate e só quem não tem razão teme o debate.

Confirma-se o que o Presidente Ulisses Guimarães, do MDB nacional, já denunciara e condenara, em nome da Oposição. Pretende-se, com a alteração mna legislação eleitoral, que o candidato seja apresentado na TV, da mesma forma que se

faz propaganda de sabonete, desodorante. Na verdade, pretende-se que voltemos ao tempo dos coronéis e dos seus famosos currais. Apenas a fotografia do candidato, com seu nome, cargo que disputa e partido a que pertence, poderá ser apresentado na TV.

Será, portanto, uma espécie de concurso de beleza e títulos. E os novos, ainda sem títulos? Já se disse que todo concurso público é um concurso de títulos e de provas. Agora eliminam a prova, que seria o debate, a voz e as idéias dos candidatos.

É um retrocesso na história política do Brasil.

Esperamos e confiamos que a ARENA, que é um partido político, ao lado do nosso MDB, desaprove esse absurdo projeto do Governo Federal.

Era só. Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Com a palavra o último orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A liderança estranhou os termos usados pelo eminente Deputado Luiz Carlos Zuk, que considerou anti-regimental a apresentação de um requerimento de autoria da liderança, pedindo a inversão dos trabalhos da Ordem do Dia.

Para conhecimento de V. Exa. cito o Art. 103, parágrafo quarto, do Regimento Interno: “Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por 5 Deputados”.

No seu parágrafo segundo, do art. 104, também, Sr. Deputado, se conceitua a tramitação da Ordem do Dia. Tudo regimentalmente.

Não vejo razão portanto, para que se assaques contra essa medida, qualquer pretensa denúncia descabida. Tem a liderança razão para desta forma proceder. . .

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — (Pela ordem) Sr. Presidente, queria testemunhar e pedir ao ilustre Líder do Governo, que ora ocupa a tribuna, que as notas taquigráficas aí estão, não falei que era anti-regimental.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Uma vez que V. Exa. solicitou a palavra, pela ordem, peço que cite o artigo regimental em que se baseia.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Artigo 97.

Continuando com a palavra, eu queria dizer de que a Taquigrafia está aí, Sr. Presidente, basta memorizarmos e lembrarmos de alguns minutos atrás e veremos que a minha participação foi no sentido de darmos a esta Casa uma sessão normal, e que, as ilustres presenças que aqui fazem assento fossem testemunhas de uma sessão normal, e não de inversão da Ordem do Dia.

Respeito a opinião do nobre Líder que ora ocupa a palavra, como também respeito a decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) V. Exa. poderá circunstanciar melhor seu aparte tido como Questão de Ordem em Explicação Pessoal. Se for o caso, poderei inscrever V. Exa. desde já.

Esta Presidência assegura a palavra ao nobre Deputado Ivo Thomazoni, para que possa prosseguir o seu pensamento.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, dizia eu que a Liderança tem razões de sobra, procedendo regimentalmente, em solicitando a inversão da Ordem do Dia. Lamento que o eminente Deputado esteja hoje espiritualmente afeito ao diálogo franco, cordial e tranquilo.

A Liderança pretende votar um requerimento, solicitando



adiamento de votação de matéria, que está na Ordem do Dia, colocada em primeiro lugar, como deseja também, regimentalmente usar do expediente de obstrução da votação, se necessário. Não havia, Sr. Presidente, outro expediente regimental, respeitoso, que pudesse ser usado senão este. E apenas este Deputado estanha que se assaquem da tribuna, críticas a um procedimento regimental, e não queria deixar passar a oportunidade para registrar o conceito que, emitido, Sr. Presidente, coloca esta Liderança em termos regimentais, totalmente dentro das lides parlamentares desta Casa.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Desde o mais pequeno assunto de ordem interna desta Casa, até os mais destacados perigos que por ventura possam envolver o povo ou sua economia, sentimos o dever de usar esta tribuna que ao povo pertence, sempre e sempre com o objetivo de acordar os responsáveis, para a resolução do problema que houver. Jamais viríamos a esta tribuna com intuito de satisfazer vaidade pessoal, ou esperando alcançar ovações aos nossos discursos, nossas palavras têm sido e haverão de ser sempre uma manifestação de alerta a quem de direito, e de dever acima de tudo, em corrigir os acontecimentos que prevaricam o verdadeiro sentido da VERDADE E DA JUSTIÇA.

Para nós pouco importam os aplausos ou as críticas heirosas que por ventura possam ser dirigidos ao nosso pronunciamento parlamentar. O que nos importa, de fato, é o pulsar de nossa consciência, manifestando, em nosso Eu interno, a afirmativa de que estamos cumprindo o nosso dever.

Convém, nesta oportunidade, que reafirmemos, mais uma vez, possuímos um mandato parlamentar que, de pleno direito pertence exclusivamente ao povo; por isso mesmo, haveremos de exercer esse mandato com dedicação a esse mesmo pov, agindo como uma sentinela permanente, na defesa de seus direitos; quando acusamos alguém, o fazemos não com o intuito de melindr-lo, mas sim, com o objetivo de clamar por justiça aos injustiçados; acreditamos, acima de tudo, que assim procedendo, estaremos sempre e sempre, agindo dentro dos preceitos filosóficos pregados por Santo Agostinho “PREFIRO AOS QUE ME CRITICAM, POIS ELES ME APRIMORAM; AQUELES QUE ME BAJULAM, PODERÃO ME CORROMPER”.

E novamente, em cumprimento do dever, uso desta tribuna, para denunciar, claro, como sempre, no cumprimento do dever.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pelo menos propagandisticamente, tudo neste País passou, de uns anos para cá, a ter sua correspondência encimada com o entusiasmo de um vocábulo de euforia, naturalmente, o seu próprio autor, o Governo, nem sempre acredita nos resultados psicológicos esperados da legenda aplicada.

Como por exemplo: ITAIPU A CURTO PRAZO . . .

EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO A CURTO PRAZO...

USINA TERMO NUCLEAR A CURTO PRAZO... RESTABELECIMENTO DAS FINANÇAS A CURTO PRAZO... EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS SUBMARINOS A CURTO PRAZO..

Enfim, parece que o MONÓLOGO foi nestes últimos tempos a única arma em disponibilidade do Governo, de início havia realmente a esperança, a crença nas realizações constantemente prometidas.

Entretanto, com o passar dos anos e o consequente violento crescimento dos problemas de ordens sociais, o povo brasileiro não mais acredita nas pregações monologistas, e porque não dizer a Nação tem vivido, o trauma da insegurança em todos os campos de atividades.

Enquanto se afirma que é meta do Governo restabelecimento das finanças a CURTO PRAZO, os governos de todas as áreas administrativas deste País, parece viver uma única preocupação, o EMPRESTAR; da França, da Alemanha, da Inglaterra, dos Estados Unidos, enfim, de qualquer país, que haja possibilidade de emprestar, é claro, é evidente, é incontestável que qualquer país do Globo, com condições de aplicações desta natureza, vê no Brasil a magistral fonte para aplicação de capitais, devido a sua extensão territorial, devido a imensidão incensurável das riquezas que povoa sua área realmente continental.

Mas, a cada empréstimo que o Governo efetua, seja ele, do âmbito federal, Estadual ou Municipal, consequentemente, a economia do povo brasileiro, sofre um novo avanço de compromissos, de responsabilidade, porque é triste realidade, é incontestável, o Governo firma os compromissos de pagamentos, de valores emprestados, dentro dos prazos estabelecidos, mas, o povo que naturalmente terá seus tributos majorados, desta ou daquela forma para dar conta dos recados referentes às obrigações firmadas pelos governos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para analisar um dos tristes quadros sociais do momento: o triste problema do menor abandonado, quadro negro que espelha um futuro maléfico à Nação Brasileira.

Inúmeros têm sido os apelos no sentido de alcançar a conscientização dos Governos sobre a necessidade em se dar amparo ao menor abandonado. Não obstante esses apelos terem sido formalizados nos quatro cantos da Nação, o fato se avoluma a cada dia que passa, sem que nenhuma medida saneadora seja tomada efetivamente, para a resolução do triste problema e parece que o Governo continua a dormir o sono latente frente a esta triste realidade.

A proliferação das favelas, retrato decorrente da injustiça no comportamento da distribuição das rendas ao povo brasileiro, escreve constantemente páginas negras na história da criminalidade deste País, e, porque não dizer, as favelas e mocambos, deixo à caracterização do abrigo familiar em promiscuidade, podem ser chamados de INDÚSTRIA DE DELINQUÊNCIA.

Grupos de pessoas bem intencionadas neste País, têm fundado organismos particulares de proteção ao menor abandonado. Como exemplo, permito-me citar uma dessas organizações que conheço sua trajetória e a luta de sua fundadora, a eminente professora Laura Baena, na minha cidade de Santo Antonio da Platina, a CASA DA CRIANÇA RECANTO FELIZ.

Em uma tarefa das mais estafantes, porém magistralmente abnegada, aquele organismo que já tem um decênio, de serviços prestados ao menor abandonado, vive, subsiste, e se mantém em pé, devido a firmeza de sua fundadora, devido ao espírito cristão e de brasilidade da professora Laura Baena.

A Casa da Criança Recanto Feliz, de Santo Antonio da Platina, é um dos poucos estabelecimentos de iniciativa particular existentes neste País, que, através da abnegação e, acima de tudo, do sentimento cristão, dá um exemplo de que os governos parecem dormir o sono latente sobre essa triste realidade.

Aquela Casa que por muitos anos viveu e subsistiu sem a participação de qualquer verba pública, deu aos seus inquilinos durante anos e vem dando no presente à criança abandonada, na medida da disponibilidade de seus recursos, é claro, desde o albergamento até a caminhada de escolaridade.

Oxalá em cada cidade deste País existisse um organismo como aquele, apoiado pelo Poder Público seria isto naturalmente, o primeiro grande passo para salvar este País de um futuro que só Deus pode saber.

Quantas crianças jazem nas ruas ao abandono, filhos de mães solteiras, desquitadas ou conjugalmente separadas. mãos estas que precisam trabalhar para o sustento do filho e que deixam a criança, na mais tenra idade, abandonada, sujeita aos costumes, vícios e aos mil e um problemas de caráter social.

Quantas crianças perambulam pelas ruas das cidades, deste País, pedindo esmolas, alimentando-se muitas vezes com os detritos que os depósitos de lixo lhes podem oferecer”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, quando deixava minha casa, depois de haver escrito este meu pronunciamento, parece que Deus, na Supremacia de Suas decisões, preparava um quadro triste para que meus olhos pudessem ver.

Duas crianças, aparentando dez ou doze anos, farejavam um latão de lixo, um depósito de lixo ali existente e se alimentavam dos detritos ali encontrados, perante uma multidão que passava pelas ruas e que, naturalmente, sentia, como eu senti, como ser humano, o aspecto social degradante que vive este País, esta Nação.

De nada valem os protestos dos representantes do povo, se o Governo continua de ouvidos fechados aos problemas sociais e emprega sua preocupação principalmente, em prevaricar a liberdade do homem e em levar a público sua pregação de salvação deste País.

Podemos dizer, neste instante, sem medo de merecer qualquer contestação, que setenta por cento do povo brasileiro é pobre e a cada dia fica mais pobre; enquanto uma pequena cúpula de privilegiados é rica e fica cada vez mais rica.

Seremos uma Nação de Deus, ou um lugar infernal, onde somos a vivência de um planeta esquecido de toda a constelação planetária do Universo.

O que se vê com os olhos do homem, principalmente com os olhos de responsáveis pelo povo, é, sem dúvida nenhuma, a impressão da tristeza e da miséria, neste planeta terráqueo.

Temos em Curitiba, na Capital de nosso Estado, um organismo de proteção ao menor, a Legião Brasileira de Assistência.

(Lendo) :: “Como organismo de proteção ao menor na área estatal, podemos citar a LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, entretanto, esse organismo de participação ativa na economia estatal, quando chamado a proteger as iniciativas particulares, não oferece mais do que auxílios técnicos tais como cursos de planejamentos, programa de aplicação e extensão da atividade de proteção ao menor abandonado.

Segundo os noticiários de jornais de grande circulação deste País, principalmente os órgãos de informação do vizinho Estado de São Paulo, somente naquele Estado existe, mais de um milhão de MENORES ABANDONADOS devido a esta estatística, podemos antever a triste, violenta e denigrante posição do número de menores abandonados que existem, atualmente, neste País.

“NO Estado do Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este quadro é aviltante; assim mesmo podemos vangloriar e dar Graças a Deus, porque o índice aqui, apesar de aumentar também a cada dia que passa, ainda parece ser menor em comparação com outros Estados da Federação; mas, devemos nesta oportunidade, perguntar, por o IAM, INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR, entidade que nasceu com objetivos sacrosantos, de atacar o problema de todas as suas áreas, permaneceu recalcado por muitos anos sem concluir em cada exercício com as ampliações esperadas, tanto no campo efetivo de atendimento, quanto no desenvolvimento de expansão dos objetivos. Porque será que esse organismo se perdeu na penumbra com referência ao cumprimento de suas finalidades; porque, os Diretores e responsáveis pelo IAM, não estabeleceu nestes anos, convênios com as Administrações Municipais de todo o território paranaense, montando departamentos de assistências locais ou regionais, ou ampliando as iniciativas particulares no sentido de dar efetivamente o amparo ao Menor Abandonado. Se o problema é de ordem legal, que Leis sejam criadas no sentido de que, o IAM encontre de imediato as condições necessárias para se estabelecer estrategicamente em todas as regiões do Paraná, por si ou através de subsidiárias, que se aparente disposto a participar dessa guerra contra a fome, a miséria, a falta de pro-

teção da Cultura do menor abandonado. O Governo é o grande responsável pelo futuro do Brasil e ao chamamento do governo, para a resolução do problema do menor abandonado o povo brasileiro estará presente, como sempre esteve presente para a participação das batalhas cívicas desta Nação. Leis precisam ser criadas no sentido de proporcionar o incentivo ao Comércio e à Indústria, no aproveitamento do trabalho do menor, é preciso até que seja estabelecido, e através de legislação eficiente e imediata a obrigatoriedade de abertura do Mercado de emprego ao menor, não só no Comércio e na Indústria, mas em todos os campos de atividades, porque o trabalho, a fixação do menor ao trabalho será o primeiro passo para evitar que ele se torne delinquente e problema sério para o futuro desta Nação”.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, gostaria de fazer um pequeno reparo ao pronunciamento de V. Exa. Participamos nesta Casa da Comissão encarregada de verificar a situação do menor no Estado, sob a presidência do Deputado Ezequias Losso, e tivemos a feliz oportunidade de estarmos em contato com S. Exa. o Diretor do IAM no Paraná. Lá tivemos também ocasião de verificar o trabalho magnífico e extraordinário que realiza aquele Instituto em favor do menor no Estado do Paraná.

Evidentemente, Deputado Lúcio Machado, que o problema é enorme e que as soluções, por maiores que sejam preocupações do governo, são difíceis de atingir. Não haveria condições de dar atendimento amplo e completo para que o problema fosse de uma vez, erradicado.

Mas, acho que V. Exa. sabe tão bem quanto eu, que o problema do menor abandonado, não se circunscreve apenas às consequências desse menor tido como carente, em termos familiares, em termos de recursos, em termos de orientação profissional e moral, mas ele é muito mais amplo e completo. V. Exa. sabe disso.

Ele vai a outras esferas, à própria estrutura econômica do País, à própria estrutura social em que vivemos. Tudo isso é responsável por uma série de desvios na conduta do menor ao rente. Portanto, não para contradizê-lo, totalmente, mas para fazer uma ressalva, e dizer que o setor no Estado do Paraná é um dos exemplos nacionais em eficiência, em atendimento, em recuperação, e encaminhamento do menor abandonado.

O meu aparte, era só para que não ficasse assim somente uma voz, isolada, e que nosso silêncio desse a entender que nós concordamos totalmente com seu pensamento.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte do eminente

Deputado Gabriel Sampaio e gostaria de acatar suas palavras sem a elas fazer qualquer contestação. Mas, infelizmente, nobre Deputado Gabriel Sampaio, o fato decorrente da falta, realmente, de atividade firme no IAM, está caracterizado principalmente nos seus longos anos de existência e principalmente ainda, nobre Deputado, pelo desvirtuamento de seus objetivos, porque, há pouco mais de 5 anos, lembro-me quando a convite do Diretor daquela entidade, fui fazer uma visita à unidade escolar do IAM, sediada em Arapoti, e verifiquei que não se tratava realmente de uma unidade escolar eficiente, mas, de um abrigo de delinquentes, onde aplicavam-se, por ordem de seu Diretor, castigos físicos aos alunos ali matriculados e existentes. Verifiquei de perto que os objetivos profundos, plantados com a semente da constituição do IAM do Paraná, haviam sido desvirtuados. Posteriormente comecei a observar o trabalho, em toda sua plenitude, e como V. Exa. deve admitir, abrigar um menor abandonado não é dar simplesmente a ele, a alimentação; é muito mais. A cultura. Não é dar simplesmente, a ele, uma espécie de trabalho que não faça nascer no seu subconsciente, o entusiasmo pela atividade diária; é preciso que o menor, ao prestar trabalho, ele receba alguma coisa que faça, dele,



um entusiasta. Não posso estar com V. Exa., na oportunidade, em que V. Exa. coloca o IAM numa condição de magistralidade, ao atendimento ao menor abandonado do Paraná, enquanto que, no período da existência deste organismo, nenhum contrato convencional foi feito com nenhum município do Paraná, para que o exercício desta atividade sacrossanta e necessária fosse espalhado aos quatro cantos desta unidade federativa.

Eu não posso estar com V. Exa., porque o IAM vive e subsiste de verbas do Estado, consequentemente vive e subsiste dos recursos do povo e, quando o organismo é estatal, ele tem que se primar pela aplicação objetiva desses recursos, para que o povo sinta que está sendo compensado no seu sacrifício imposto pela tributação feita pelos governantes.

Acredito e tenho certeza, como V. Exa. também acredita e certamente tem certeza, que, o Instituto de Proteção ao Menor do Paraná já tem raízes profundas e poderá, facilmente, aplicar a sua atividade, em curto espaço de tempo, e cumprir efetivamente os objetivos estatutários que consignarem sua formação e sua existência, no âmbito do Estado.

Mas, dando prosseguimento, Sr. Presidente:

(Prossegue a leitura): "Que professores sejam instituídos pelo Poder Público e oferecidos às entidades, e nelas se promovam aulas e estímulos a essas mesmas entidades a cumprir seu papel no campo de assistência ao menor abandonado. Que assistentes sociais sejam colocados à disposição e por conta do governo, as entidades sociais de iniciativa particular, que a burocracia na destinação de verbas assistenciais sejam eliminadas ou substituídas por fiscalização eficientes na aplicação dessas mesmas verbas. QUE ENFIM . . . se dê regalia, proteção e apoio incondicional às entidades que cuidam do menor abandonado, a fim de que essas entidades produzam mais e mais no mister da busca de Resolução desse problema cruziante e eminentemente perigoso ao destino da NAÇÃO BRASILEIRA.

Quanto tempo perdido com tanta burocracia neste campo de atividade, observamos constrangidos, porque o problema do MENOR ABANDONADO, a nosso ver, é realmente um dos maiores perigos para o futuro desta Nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O BRASIL TEM PLENA CAPACIDADE PARA CUIDAR DE SEUS FILHOS. O que tem faltado é planejamento para a resolução dos problemas brasileiros; o acordar para a realidade triste sobre o MENOR ABANDONADO é o despertar dos governos para uma tomada de posição austera em favor da segurança do futuro deste País.

Nada vamos requerer de forma objetiva ou em forma de sugestão, senão à MESA EXECUTIVA deste PARLAMENTO, o envio de cópias desse nosso modesto pronunciamento, às seguintes autoridades responsáveis pelo problema do MENOR ABANDONADO.

AO EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA;  
AO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO.  
À EXMA. SRA PRESIDENTE NACIONAL DA L. B. A.;  
AO EXMO. SR. DIRETOR DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR ABANDONADO DO PARANÁ.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós voltamos à tribuna desta Casa, para repisar, repetir, assunto já bastante discutido, já bastante esclarecido, mas que infelizmente ainda não teve a solução esperada por este Estado.

Nós nos referimos às Universidades Estaduais do Paraná, à de Maringá, Londrina e Ponta Grossa. (lê):

"A federalização das Universidades Estaduais de Londri-

na, Maringá, e Ponta Grossa, constituem uma velha aspiração dessas instituições e do próprio Governo Estadual. Em outubro de 74, o ilustre Deputado Estadual David Federmann, propôs à Assembléia Legislativa, fosse oficiado ao Sr. Ministro de Educação e Cultura e ao Sr. Governador do Estado, a federalização da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Neste mesmo sentido, o ilustre parlamentar Jorge Sato, da minha cidade de Maringá, propôs igualmente perante o Plenário, a federalização da Universidade Estadual de Maringá. Complementando, solicitamos nós no início da atual legislatura, com o apoio de toda a Casa, que ampliássemos essa solicitação, envolvendo as três universidades do Paraná, estaduais, quais sejam, Londrina, Maringá, e Ponta Grossa. Outro projeto igualmente mereceu o devido apoio dos Srs. Deputados Estaduais, sempre objetivando transferir o ônus da manutenção da Rede Estadual de Ensino Superior ao Ministério da Educação e Cultura.

Desnecessário afirmar que todas essas iniciativas não tiveram a acolhida desejada junto às autoridades federais. Os pedidos foram encaminhados à Secretaria dos Negócios da Educação e da Cultura, que através da Superintendência do Ensino Superior, manifestou-se favorável ao referido processo de incorporação, sendo posteriormente encaminhados ao Sr. Ministro da Educação e da Cultura.

Atualmente o Governo do Estado do Paraná designou um grupo de trabalho que conta com a participação de técnicos da Secretaria de Estado do Planejamento, do Departamento de Assuntos Universitários da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, e dos Reitores das três Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Este grupo tinha como finalidade elaborar o projeto de criação de uma Fundação de Ensino Superior que absorvesse, supervisionasse e implantasse a política educacional de Ensino Superior do Estado do Paraná. Na verdade, a presente Fundação seria o órgão repassador das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento anual do NEC e que corresponderia por lei em 1/3 do orçamento anual da Fundação do Ensino Superior do Estado do Paraná. A referida Comissão instituiu o referido projeto, cuja fundação ficou sendo denominada como FUNDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ, (FESPAR), vinculada à SEEC, ao MEC e às Fundações Universidades e Faculdades isoladas. O presente projeto foi encaminhado ao DAU/MEC cuja assessoria técnica concluiu pela sua viabilidade.

Com a instituição e consequente implantação da FESPAR pelo Governo do Estado, as Fundações Universidades e Faculdades isoladas do Ensino Superior, receberiam dotações orçamentárias do MEC. Destaque-se que tal proposição solucionaria em porte a pretensão do Governo Estadual em transferir esse encargo ao Governo Federal, eis que desobrigaria de consignar em seu orçamento anual 1/3 das despesas dessas Fundações.

Ainda é indispensável considerar que o Estado do Paraná figura em 18º lugar dos Estados da Federação que recebem consignações orçamentárias da esfera estadual. Se levarmos em consideração que o número de estudantes universitários atinge, hoje, no Paraná, a cifra de aproximadamente 45.000 alunos e que deste número quase a metade pertence à rede estadual de ensino superior, concluiremos que o Paraná investe recursos marçios no Ensino de 3º grau.

No presente exercício financeiro o Estado está destinando à rede de Ensino Superior Cr\$ 151.325.000,00 (cento e cinquenta e um milhões, e trezentos e vinte e cinco cruzeiros), e destinará no próximo exercício a importância de Cr\$ 196.782.500,00 (cento e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e dois mil e quinhentos cruzeiros)".

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Ilustre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, V. Exa. tem dado a este Paraná, e principalmente a nós, mocidade do Paraná,



o exemplo da dedicação ao setor educacional, tanto em sua vida parlamentar nesta Casa, como em sua pequena mas marcante passagem pela Secretaria de Educação e Cultura do Paraná.

V. Exa. traz nesta tarde, a esta Casa, um dos assuntos que mais de perto a nós, paranaenses, interessa.

V. Exa., através de números, de 151 milhões deste ano e de 196 milhões do próximo ano, como ônus ao Governo do Estado, fez com que sejam memorizados os pronunciamentos de outros colegas das duas bancadas, com referência à posição ocupada, no cenário nacional, por um ilustre paranaense que já teve cargos dos mais altos neste Estado e ocupa, agora, o Ministério da Educação e Cultura.

Queríamos que tivesse o Ministro Ney Braga a mesma dignidade, honestidade e, principalmente, identificação com seu Estado, e procure fazer para nosso Estado do Paraná o mesmo que fizeram os mais altos dignatários da Nação com referência ao Rio Grande do Sul, que já conseguiu a federalização de nove universidades.

Cabia, nesta oportunidade, Sr. Deputado, pela nossa atuação e principalmente pelo nosso pronunciamento a V. Exa., para que, no dia de amanhã nossos filhos não tenham vergonha de dizer que passou pelo Ministério de Educação e Cultura um paranaense e que lá, nada fez em termos de educação ao seu Estado.

Há dias passados, elogiamos, nesta Casa, a dotação indireta dada pela Loteria Esportiva, órgão subordinado ao Ministério de Educação, de um bilhão de cruzeiros, à Lapa, terra natal do Ministro.

Elogiamos S. Exa. por essa participação indireta, mas pedimos também a outros quadrantes do Paraná a participação da Loteria Esportiva.

E V. Exa., nobre Deputado, traz, na tarde de hoje, o pedido da federalização das três universidades estaduais.

Desejo tão somente, nobre Deputado, cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento e dizer que, no dia de amanhã, os filhos do Paraná haverão de ter vergonha de ter passado pelo Ministério de Educação um paranaense e nada ter feito por este Estado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — E para complementar os números orçamentários diria que eles são maiores, porque existem as complementações do orçamento. O que vale dizer que desvia enormes recursos de outras áreas da própria Educação, de 1º e 2º graus e que são importantes ao Estado do Paraná.

(LENDU): “Além desses recursos destinados pelo Governo do Estado exclusivamente para pagar o pessoal docente das Fundações, o Estado por razões de ordem econômica, deixa de estimular atividades ligadas ao Ensino Superior e que são inerentes à filosofia da reforma universitária: a pesquisa e o serviço de extensão à comunidade.

As Universidades estão exigindo investimentos de grande monta para a aquisição de equipamentos científicos destinados aos seus cursos da área tecnológica e ciências bio-médicas. Igualmente o Estado do Paraná é um dos Estados da Federação que menos investe na pesquisa, no momento em que essa atividade é grandemente estimulada pelo II PND e constitui filosofia do próprio Governo no afã de criar sua própria tecnologia e desenvolver seu “know how”.

Por outro lado, os OBJETIVOS E METAS DE DESENVOLVIMENTO do Governo do Estado, prevê o desenvolvimento de determinadas atividades técnicas e projetos científicos que evidentemente não poderão ser realizados, sem o necessário investimento na pesquisa pura e aplicada.

O próprio fundo de amparo à pesquisa vinculado orçamentariamente ao DAU/SEEC, possui a irrisória e insignificante dotação nesse exercício de Cr\$ 350.000,00.

## 2. ASPECTOS LEGAIS:

A Lei número 4024, de 20 de dezembro de 1961, publi-

cada no Diário Oficial da União de 22/12/1961, assim dispõe:

Art. 9º — Ao Conselho Federal de Educação, além de outras atribuições, conferidas por lei, compete:

d) opinar sobre a incorporação de escolas ao sistema federal de ensino, após verificação da existência de recursos orçamentários.

O mesmo texto, legal, no seu Art. 114, assim se expressa:

“A transferência do Instituto superior, de um para outro mantenedor, quando o patrimônio houver sido constituído no todo ou em parte pelos auxílios oficiais, só se efetivará depois de aprovado pelos órgãos competentes do Poder Público, de onde provierem os recursos, ouvido o respectivo Conselho de Educação”.

Ainda a Lei número 5540, de 28 de novembro de 1968 publicada no DOU de 29 de novembro de 1968, assim se expressa no seu Art. 4º:

“As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior isolados constituir-se-ão, quando oficiais em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público e quando particulares, sob a forma de fundações ou associações”.

Igualmente merecem destaque o Parecer número 605/68 do Conselheiro CLOVIS SALGADO do Conselho Federal de Educação, que analisando o processo de reconhecimento federal da Faculdade Católica de Porto Alegre, “considerou razoável que o Governo Federal viesse em socorro de uma escola instituída que vinha demonstrando eficácia”. Novamente através do Parecer número 146/69, o mesmo conselheiro voltou a opinar sobre a federalização da referida escola (In Documenta Vol. 92 a usque 98 página 114/117, ano de 1968 e In Documenta 97, usque 99, página 120 a 121, ano de 1969).

É oportuno lembrar, por não ser precedente, a recente Lei Federal número 6025 de 05 de abril de 1974, que autorizou o Poder Executivo Federal a transformar a Fundação Universidade do ACRE em Fundação Universidade Federal do Acre, e dando outras providências.

Ainda, há que se verificar as normas que constam na Resolução número 29, de 14 de junho de 1974 do Conselho Federal de Educação, publicada no DOU de 02 de julho de 1974 que dispõe a forma e modalidade de criação das Universidades tendo em vista o contido no Art. 7º da Lei número 5540, de 28/11/68, pois o Art. 10, parágrafo 2º da referida resolução assim se expressa:

“No caso de Universidades Federais, além do estatuto e do regime geral, será exigido o plano de estruturação”.

Igualmente importante e merecedor do destaque é o parecer número 1054 de 02 de julho de 1937 do Conselho Federal de Educação (publicado In Documenta número 152, página 243), que dessa forma se expressa; em certa parte da excelente exposição do ilustre Conselheiro NEWTON SUPPIRA:

“Temos visto solicitarem reconhecimento a este Conselho, Universidades autorizadas pelos conselhos estaduais de Educação, que não preenchem as exigências legais de organização universitária. Paradoxalmente, em Estados que não se aventuram a criar uma Universidade, municípios que estão longe de resolver o problema do Ensino de 1º grau, ostentam suas universidades, sem que para tanto as condições necessárias. UNIVERSIDADES QUE ATÉ O MOMENTO NÃO SE DISPUSERAM A REQUERER O RECONHECIMENTO E QUE TÊM TENTADO A FEDERALIZAÇÃO PELA MANIFESTA CARÊNCIA DE RECURSOS DO MUNICÍPIO PARA MANTÊ-LAS. E não é somente a falta de meios financeiros, mas a penúria de recursos humanos devidamente qualificados e que toma precário o seu funcionamento”.

Finalmente, o Parecer número 201 de 21 de março de 1970 do Nobre Conselheiro VANDICK DA NOBREGA, do Conselho Federal de Educação, assim se manifestou:

“Portanto, todas as Fundações instituídas em virtude da Lei Federal, como é o caso da Universidade de Brasília, não mais podem ser equiparadas as empresas públicas e classificadas como entidades de administração indireta. No entanto, não se desvinculam completamente da esfera federal, pois além de submeterem às normas dos Arts. 26 e 30 do Código Civil, também ficam sujeitas à supervisão do Ministério de Estado competente nos termos dos Arts. 19 e 26 do Decreto Lei número 200, como determina expressamente o supra citado Art. 3º do Decreto-Lei número 900, de 19/09/1969”.

(Para exemplificar mais objetivamente:).

Universidades Federais, no Interior:

Estado de Minas Gerais — Universidade Federal de Viçosa; Universidade Federal de Ouro Preto; Universidade Federal de Juiz de Fora.

O Estado de São Paulo — Universidade Federal de São Carlos.

Universidades Federais do Rio Grande do Sul — Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal de Santa Maria.

Além de Instituições de Ensino Superior:

De Minas Gerais — Escola Técnica de Minas Gerais; Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas; Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina; Escola Federal de Engenharia de Itajubá; Escola Superior de Agricultura de Lavras; Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro.

Do Estado de São Paulo:

Escola Paulista de Medicina; Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Do Paraná — Universidade Federal do Paraná; Escola Técnica Federal do Paraná.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte?

Nobre Deputado, este assunto tem sido trazido constantemente, à tribuna da Assembléia Legislativa, e realmente é de uma importância muito grande para o nosso Estado. Temos de bater todos os dias, a toda hora este verdadeiro absurdo que é o que se pretende, o que se faz e o que se pretende fazer com o nosso Estado.

Repito dados já ditos nesta Casa, e que me parece muito importante, esta repetição, Sr. Deputado.

Na comparação que já tivemos oportunidade de fazer aqui na Assembléia, chegamos ao absurdo de que, enquanto no Rio Grande do Sul se gasta meio por cento da verba destinada à educação, para Ensino de 3º grau, para seu Ensino Superior, no Paraná, nós gastamos doze por cento; mas se ficássemos nos doze por cento, nós não concordaríamos. Mas a situação é pior ainda, Sr. Deputado, porque as universidades estaduais, aqui, vão buscar no bolso do aluno, no bolso da comunidade, da Prefeitura, mais dinheiro, que, é dinheiro paranaense. Temos por exemplo, o caso de Londrina: a Universidade de Londrina é mantida pelo Estado e na proporção de ordem de sententa e cinco por cento — os vinte e cinco por cento restantes, são pagos pelos alunos ou pela Prefeitura, ou ajudas diversas. Quer dizer, além dos 151 milhões de cruzeiros que este ano gastaremos com educação de 3º grau, ainda o Paraná gasta dinheiro do bolso de seus filhos, ou de suas Prefeituras, ou de suas comunidades, para manter a educação.

Sabemos, e já dissemos, e V. Exa. também tem afirmado nesta Casa, que não concordamos e não concordaremos com a fórmula que está para vir para esta Casa, da constituição de fundações, para manter o Ensino Superior neste Estado. Temos que fazer com que este Estado seja respeitado nesta Nação, este Estado que produz dezessete por cento das divisas deste País, e que recebe, de retorno, apenas dois e meio.

Tem que ser respeitado.

Se tem o seu filho no Ministério da Educação e da Cultura, é chegado o momento de perdemos o complexo de inferioridade de que é possuído o paranaense, e de que coloquemos cargos, os mais distintos que sejam, à disposição do Presidente da República, se discriminar, para o Paraná, a federalização das suas universidades. Não existe outro caminho, para que o Paraná seja recompensado pelas suas terras, pela sua madeira, pelo seu mate, aquela base física que deu a riqueza não só do Paraná que hoje é um Estado desgastado, mas, desta Nação. Precisamos fazer com que nossos filhos que por ventura ocupem cargos maiores, sejam paranaenses mesmo e não tenham vergonha de pedir, para seu Estado, assim como não tiveram os gaúchos que, têm 9 universidades federalizadas, enquanto nós temos apenas 1. É preciso que não nos envergonhemos de pedir, de solicitar.

O PREMEX tem 93 estabelecimentos no Rio Grande do Sul — nós, agora, estamos implantando 5, com grandes dificuldades.

Por isto, eu me parabeno nesta oportunidade com o brilhante pronunciamento de V. Exa., e conclamamos os nossos companheiros desta Casa, para que ergamos bem alto nossas vozes, pedindo para este Estado que é o esquecido Estado do Paraná.

Era o aparte.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Obrigado.

Deputado Deni Schwartz, ratifico as suas palavras, complemento, dizendo que realmente esta parcela dita, da comunidade e que sai diretamente do bolso dos alunos, nós verificamos na prática que está a elitizar cada vez com maior profundidade o Ensino Superior do Paraná.

Existem cursos, não me atrevo a denunciar em números, poderia cometer equívocos, que são praticamente proibitivos a mais sofisticada das classes médias ou tidas como altas. São cursos que representam mais de um milhão de cruzeiros para que o aluno possa frequentá-los. Evidentemente, eu concordo com V. Exa. que não há outra fórmula a não ser a federalização das universidades. E a minha disposição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de dar um fim, ou de pretender nesta tarde dar um fim às nossas lamúrias, às nossas queixas feitas neste Plenário já há quase dois anos, de Deputados do Paraná, independente de partidos, têm vindo a denunciar inúmeras e fartas aberrações e injustiças que se cometem com o Paraná.

Nós em aparte, neste Plenário, quando falávamos em rodovias, verificávamos que era de colorir, era de enrubecer o mais tranquilo dos cidadãos. Quando nós comparamos no Rio Grande do Sul que tem o privilégio de repetir Presidente daquela extremidade do País, com relação ao que se aplicou em rodovias no Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). A Mesa informa a V. Exa. que faltam três minutos para o término do Grande Expediente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Eu agradeço a V. Exa.

Infelizmente, eu vou concluir e vou procurar não messianicamente apresentando uma fórmula mágica, mas tentando pelo menos, com que o Ministro de Educação Ney Braga, o paranaense Ney Braga defina-se definitivamente, com relação ao assunto.

Eu peço mais cinco minutos, Sr. Presidente.

Dentre os aspectos mais importantes, da federalização das Universidades Estaduais, certamente o que merece destaque é a total ausência de recursos orçamentários destinados ao Ensino Superior no Estado, pelo MEC.

Outro aspecto, é o crescente polo agroindustrial que se forma em nosso Estado: A Refinaria de Araucária, o Projeto de Itaipu, a crescente expansão da indústria básica, a Usina do Xisto e a privilegiada situação geográfica do Paraná, coloca em excelente condição para desenvolver a formação de recursos humanos especializados.

Finalmente, se não houver uma forte ingestão de recursos nesta área, para suprir as deficiências existentes, dificilmente o Paraná poderá recuperar perante os demais Estados da Federação o seu atraso-sócio-econômico, e atender às metas preconizadas pelo segundo Plano Nacional do Desenvolvimento.

Acho que é chegada a hora, Srs. Deputados, desta Casa tomar uma posição e uma definição de olho no olho. De ouvirmos o Ministro Ney Braga, do Paraná, se ele vai ou não vai ajudar o seu Estado natal, que lhe deu hoje, a sua posição política neste País.

É um requerimento simples, mas que nos dará condições — creio eu — de definirmos definitivamente este problema, para deixarmos de bancar as carpideiras e chorarmos as máguas de quase 45 mil alunos que prestam, com os maiores sacrifícios, os seus estudos de terceiro grau.

O requerimento é o seguinte: (LÊ):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a formação de uma Comissão Especial, composta por seis (06) Senhores Deputados, sendo dois (02) de Maringá, dois (02) de Londrina e dois (02) de Ponta-Grossa, para em audiência com Sua Excelência o Senhor NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Ministro da Educação e Cultura, tratar de problemas veiculados às Universidades Estaduais.

Outrossim, requer, que a supra referida audiência, seja marcada pela Comissão Executiva deste Poder.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1976.”

Acho que teremos condições de fazer uma só pergunta ao Sr. Ministro Ney Braga, frente à frente com os representantes dos locais sedes das Universidades Estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa. Se ele vai ou não vai ajudar seu Estado natal.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, verifico que na portaria foi dada a presença para 49 Srs. Deputados. Considerando que a maioria encontra-se no momento, nos gabinetes despachando, solicitaria que se fizesse soar os tímpanos, a fim de que fossem alertados para o inícios da Ordem do Dia.

(Som os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Está encerrado a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, devidamente apoiado, constante do expediente, solicitando a inversão da votação da Ordem do Dia, da sessão de hoje. Em votação. — **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da Ordem do Dia, de maneira inversa:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 188/76, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que declara de utilidade pública a Sociedade Cooperativa de Consumo dos Funcionários do DER Ltda., com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 188/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É declarada de utilidade pública a SOCIEDADE COOPERATIVA DE CONSUMO DOS FUNCIONÁRIOS DO DER. Ltda., com a sigla “CODER”, de Curitiba — PR.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1975.

(a) ERNESTO GNOATO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende, com o presente plano de Lei, seja declarada de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais exigidos para esse reconhecimento. Presta desinteressadamente serviços relevantes à coletividade, conforme estatutos anexos.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 188/75

AUTOR: Deputado Ernesto Gnoato

I — O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Ernesto Gnoato, visa declarar de utilidade pública, a SOCIEDADE DE CONSUMO DOS FUNCIONÁRIOS DO DER., com sede nesta Capital.

II — Examinando a documentação que acompanha o plano de lei, pudemos constatar que o mesmo tem plenas condições de ser apreciado por esta Casa de Leis, senão vejamos:

- a) está registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas competentes;
- b) vem funcionando regularmente há mais de 1 ano;
- c) seus membros de Diretoria não percebem qualquer remuneração ou auxílio.

II — Assim sendo, manifestamo-nos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
IVAN RUPPEL — Relator

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 13/76, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 41/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 75/76, que aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Nova Londrina, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 12/76, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a Congregação das Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, com sede no município de Maringá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 30/76, que fixa a



partir de 01/03/76, novos vencimentos mensais aos Membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Ao referido projeto foi apresentado um requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando a retirada do projeto da Ordem do Dia, por cinco sessões.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação). Apenas, Sr. Presidente, somos porque a matéria já está longamente debatida, parece-me esgotada qualquer outra apreciação que se possa fazer sobre o mesmo.

Apenas para sabermos em que artigo do Regimento Interno se baseia o nobre Deputado Ivo Thomazoni para dar trânsito ao requerimento que formula.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, volto a usar da palavra porque parece que não fui bem entendido. Busco, procuro entender os fundamentos regimentais que levaram o nobre líder da ARENA a apresentar esse requerimento. Porque me parece, Sr. Presidente, que a atitude pleiteada pelo nobre líder, à luz do Regimento Interno, não pode prosperar. E menos ainda, nem sequer colher o pretendido pelo ilustre líder Ivo Thomazoni, porque o Regimento é explícito, claro, taxativo quando a matéria enfocada pelo regime de urgência tem a sua tramitação truncada, tem a sua continuidade seccionada, obsta o Regimento que a matéria enfocada pelo regime de urgência seja retirada?

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, temos procurado ser, neste plenário, como de resto os eminentes Deputados da ARENA e do MDB, procurado ser o mais fiel cumpridor dos dispositivos regimentais.

Ocorre, Sr. Presidente, que precedentes induziram este Deputado a formular requerimento pedindo adiamento da votação da matéria em pauta, considerando que a Presidência, na sessão realizada no dia 29 de abril próximo passado, estendendo à consideração do Plenário Questão de Ordem arguida por mim, na época. E repete, hoje, o eminente Deputado Enéas Faria procedimento que fora lei na sessão de 29 de abril, o mesmo arguido quando o estatuído do artigo 177, parágrafo único que diz: “Os projetos de prorrogação ou de adiamento da sessão legislativa, os vetados e os considerados urgentes, não admitirão adiamento de votação”.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, numa Questão de Ordem, solicitei da Presidência a observância deste dispositivo regimental. E a Presidência, democraticamente como sempre, delegou responsabilidade ao Plenário, que, sendo soberano, decidiu pelo adiamento da votação do Projeto de Lei nº 30/76.

Observando, Sr. Presidente, que, naquela oportunidade, o projeto já estava agravado com problema de regime de urgência.

Então, venho, Sr. Presidente, numa Questão de Ordem, significar que a medida tem precedente.

Por esta razão, Sr. Presidente, considerando o Plenário soberano, poderá o mesmo decidir pelo adiamento da votação requerida então pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares, membro da Comissão de Constituição e Justiça, que estava com a responsabilidade de relatar o processo verbalmente, em plenário, desde que, também anti-regimentalmente, a Mesa acolheu emenda do Plenário, quando não poderia fazê-lo. Estão taquigrafadas as razões do protesto que levantei naquela oportunidade, e também o Presidente Paulo Camargo, em exercício na Presidência da sessão, recorreu da decisão do Plenário.

O Plenário acolheu a emenda e sem entrar no mérito, porque merece respeito a iniciativa do emente Deputado que

pretende estender maiores benefícios a determinada classe funcional, a quem o Estado deve tanto respeito e a quem o Estado admira, por se constituir numa das classes que mais tem contribuído para que o Estado do Paraná se projete além fronteiras porque o Ministério Público abriga as maiores inteligências do Estado.

Mas, encerrando esta questão de ordem, quero cumprir V.Exa., que mais uma vez recorre da decisão do Plenário, sobre o requerimento de minha lavra, usando medida idêntica a já usada anteriormente e acatada por nós, considerando a decisão do Plenário que é o mais soberano de todos. O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a questão de ordem do Deputado Ivo Thomazoni).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Por liberalidade, tem a palavra V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto é matéria vencida, não voltarei a debater a tese que defendi e todos defendemos aqui nesta Casa, e que vimos consagrada pela aprovação da maioria. Entretanto, não cabe mais que se traga a este projeto, neste momento, já em regime de votação, que se traga novo debate. Estamos em outra etapa, já vencemos os outros debates.

Conheço a atitude do eminente líder do Governo. Aqui praticamos e temos o dever de praticar a democracia. Tenho para mim que um de seus postulados básicos, para que exista é necessário o respeito mútuo, tantas e tantas vezes discordando, tantas e tantas vezes colidindo, mas respeitando sempre a posição do adversário, direito de pensamento, de idéia. Conheço a preocupação que invade o espírito do nobre líder do Governo nesta Casa. Devemos ser verdadeiros ao conduzirmos nossos trabalhos.

Temos para mim como legítimo, válido e autêntico — por que o Regimento permite — o trabalho de obstrução. Hoje usa a bancada da ARENA desse expediente. Amanhã, talvez, seja recomendado pelo MDB, a adotar o mesmo procedimento. Sabemos todos nesta Casa o que pretende a bancada situacionista: impedir que o Sr. Governador do Estado tenha sob sua responsabilidade e em sua mão, a decisão a respeito do assunto.

Ao que me parece e pelo que aqui foi proclamado, é questão fechada na área palaciana, este assunto. Não admite o Governador do Estado, receber o problema como foi posto pela Assembléia, porque não quer Sua Excelência o Sr. Governador, arcar com qualquer responsabilidade, não quer Sua Excelência correr qualquer espécie de risco.

Tudo isto, entendo, está incidindo sobre o líder da ARENA, tudo isto está a orientar a sua atuação. Volto a repetir e a dizer, entendo válido, autêntico e justo até, que Sua Excelência adote o expediente que entender, para obstruir o encaminhamento desta matéria. Somente quero dirigir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um apelo ao nobre líder da ARENA.

Efetivamente nós conhecemos, Sr. Presidente, é que, a Casa, nesta mesma matéria, ao arripio do Regimento Interno, entendeu de retirar da Ordem do Dia, este processo, Sr. Presidente, que, não é porque em determinado instante incorremos numa omissão ou num lapso, venha esta omissão, este lapso, a ser praxe a ser consagrada como atuação, nesta Casa. Estaremos inaugurando aqui, se adotarmos este procedimento pretendido pelo líder do Governo, estaremos aqui a consagrar um perigosíssimo precedente. Porque o Regimento Interno deixará de existir como lei maior interna desta Casa. Cobrar-se-á de V. Exa. ou de quem presidir esta Casa, procedimentos iguais no futuro. Para que a emoção momentânea não fira os interesses do Regimento Interno e para que a maioria que esteja eventualmente em plenário não agrida a nossa lei interna e, Sr. Presidente, entendendo que um erro não justifica outro, bem pelo contrário, deve nos iluminar para afastarmos de nossa frente as perspectivas de novas omissões, de novos lapsos, é

que quero dirigir este apelo ao eminente líder da ARENA:

Que respeitemos o nosso Regimento Interno, que respeitemos a nossa Lei interna, que fiquemos adstritos ao que ela impõe.

Sua Excelência mais do que eu e talvez mais do que todos nesta Casa, conhece a letra e o espírito do Regimento Interno, sabe que tem outras fórmulas para obstruí-lo, sabe que tem outras fórmulas regimentais para postergar esta votação, sabe que tem outras atitudes legais para tomar. E em razão disto, e apelando para a inteligência de Sua Excelência, é que quero solicitar ao eminente líder que, pese, e considere este aspecto, que busque uma outra formulação. Não lhe falta capacidade, talento e inteligência para isto, não lhe falta também, eu sei, amor e respeito à nossa lei; que reconsidere Sua Excelência; que retire este requerimento e que use dos outros instrumentos que o próprio Regimento lhe põe às mãos, para adotar a atitude que desejar mas, que não fira, mas que não agrida, mas que não viole a nossa lei interna porque estaremos aqui, a partir deste instante, Sr. Presidente, a consagrar um perigosíssimo precedente, capaz de estabelecer, para o futuro, o tumulto e a desarmonia neste plenário e nesta Casa.

Era o apelo que eu queria dirigir ao eminente líder da ARENA. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, para encaminhamento da votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Nem sempre a atitude parlamentar é compreendida, quando não aplicada regimentalmente, como a única, capaz de exterminar o mal.

Invoco, Sr. Presidente, o testemunho dos Srs. Deputados da ARENA e MDB, de que o nosso comportamento neste plenário, tem procurado ser sempre, de modo a configurar a nossa participação no encaminhamento e na discussão da matéria em pauta. Como o de parlamentar que não deseja outro encaminhamento se não aquele em que se possa resolver o problema.

Recebo do eminente Deputado Enéas Faria, um apelo.

Apelo que regimentalmente, me permitira a retirada do requerimento de adiamento de votação da matéria.

Sei, Sr. Presidente, de que existe contra atitude regimental capaz de impedir a aprovação, mesmo em redação final, de uma matéria votada neste plenário e, que em vias de esgotar o prazo constitucional invocado pelo Chefe do Poder Executivo, nos colocaríamos na sessão vespertina de amanhã diante do mesmo impasse.

Não sei, Sr. Presidente, qual a atitude por mim adotada, que melhor atenderia os interesses maiores da coletividade interessada.

E digo, Sr. Presidente, que nenhum sentido político me moveu a pretender com o requerimento que encaminhei à Mesa, resolver o problema, que não foi, Sr. Presidente, criado por mim e nem pelos Deputados que me honram de receberem a minha orientação.

Lembro-me que advertia da possibilidade de criarmos um impasse e foi criado, Sr. Presidente, diante da vontade da maioria que nós respeitamos. Tão somente me cabe procurar, a solução do problema pelas vias, que me pareceu, não colidiram com o espírito do parlamento, porque se é bem verdade, que o Art. 177 no seu § único, impede o adiamento de votação para, dentre outros, projetos de lei em regime de urgência, é bem verdade, e repito, que o mesmo expediente fora adotado na votação desta mesma matéria, com a Presidência consultando o Plenário e o Plenário decidindo pelo adiamento, quando ainda em terceira discussão e votação.

Estou tão somente repetindo uma prática parlamentar usada nesta Casa e requerida por um ilustrado Deputado e que teve, a abrigá-la, a vontade da maioria dos Deputados da ARENA e do MDB.

Não fora o precedente, não estaria por certo este Deputado procedendo da forma como procede neste instante.

E por considerar soberano o Plenário para decidir a questão de ordem do Deputado Enéas Faria é que cumprimento V. Exa. em pretender atribuir ao Plenário a responsabilidade da decisão. Infelizmente acho que não há outro caminho mais democrático do que este que V. Exa. em tão boa hora acolheu — o da consulta do Plenário para decisão final. — (Sem revisão do orador).

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Gostaria de dizer a V. Exa. que estamos ferindo o Regimento, uma vez que, para encaminhar a votação, o Deputado não poderá usar da palavra mais de uma vez.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, busco com isto conquistar da Mesa uma decisão.

O § único do artigo 177 diz: "Os Projetos de prorrogação ou de adiamento de sessão legislativa, os vetados e os considerados urgentes, não admitirão adiamento de votação".

Sr. Presidente, o requerimento pretende o adiamento da votação. O texto regimental é taxativo quando impede este procedimento. Pede o eminente líder que seja a questão colocada à deliberação soberana do plenário.

Mas, tenho para mim, que o Regimento Interno, apesar da decisão da maioria, só pode ser modificado, só pode ter seu texto enxertado, através de um rito e de um procedimento especial contemplado no próprio Regimento.

Sr. Presidente, para que o precedente que se possa abrir passe a ser efetivamente consagrado, passe a constar de questão de ordem, passe a figurar no livro próprio para que em outras oportunidades, quando convier, seja levantado e seja exigido o mesmo procedimento, é que formulo a questão de ordem, baseado no § único do artigo 177.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). A Presidência decide em definitivo a questão de ordem. Por haver um precedente que formulou de certa forma uma jurisprudência e por haver no momento histórico nacional tanta carência e economia de democracia, acho que não podemos absolutamente nos furtar de uma decisão pela maioria.

Portanto, vou colocar o requerimento em votação para decisão soberana e democrática do Plenário. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, essa decisão da Mesa é com referência à minha Questão de Ordem?

O SR. PRESIDENTE — Sim.

O SR. ENÉAS FARIA — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 19/76. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Júlia Odpi, ocorrido na cidade de Araucária. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Dr. Osires Tabalipa Bertolotti, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja providenciado melhores condições de funcionamento ao Colégio Comercial Estadual de Ponta Grossa, que nesta data completa 17 anos de fundação e funcionamento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Mace-



do, líder do MDB, indicando os nomes dos Srs. Deputados Muggiati Filho e Lineu Turra, como membros efetivos, e Nilso Sguarezi e Adalberto Daros, como suplentes, para comporem a Comissão Especial, que examinará os projetos de Emendas Constitucionais que tratam do Ministério Público. — **Ao Departamento Legislativo. — Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando a formação de uma Comissão Especial, composta por seis (6) Srs. Deputados, sendo dois (2) de Maringá, dois (2) de Londrina e dois (2) de Ponta Grossa, para em audiência com o Sr. Ministro da Educação e Cultura, tratar de problemas vinculados às Universidades Estaduais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhadas cópias do seu pronunciamento a diversas autoridades federais e estaduais, responsáveis diretos pelo problema do menor abandonado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Instituto Brasileiro de Pesos e Medidas, seção do Paraná, no sentido de que sejam tomadas corretivas sobre a firma Mineração Paranaense Ltda., que segundo denúncia devidamente assinada, está entregando os seus produtos ao consumidor com diferença de pesos. — **Em discussão.**

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Peço a palavra, para discutir.  
O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 41/76 e de Lei nº 13/76.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nºs 188/75 e 7/76.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 42/76.

Marcando ainda, outra para sexta-feira, dia 21, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 33/76, 34/76, 35/76, 36/76, 37/76, 38/76 e de Lei nºs 4/76, 5/76, 11/76 e 15/76.

Levanta-se a Sessão.

#### DECRETOS LEGISLATIVOS:

##### PROJETO DE LEGISLATIVO Nº 03/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8473/74, de 01 de outubro de 1974, deste Poder,

**R E S O L V E:**  
conceder a BRIGIDA LOBO KOLAROVICS, ocupante do cargo de nível PL “17”, da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento a partir de 01 de outubro de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os

efeitos legais, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 10 de janeiro de 1975.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8500/74, de 02 de outubro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder a ZENAIDE SILVA FILPO, ocupante do cargo de nível PL “19”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento, a partir de 05 de fevereiro de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174 de 16 de novembro de 1970.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 10 de janeiro de 1975.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9329/74, de 30 de outubro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, ocupante do cargo de nível PL “26”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 10 de março de 1964 e 10 de novembro de 1968, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1965 e 1967, contadas em dobro.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 10 de janeiro de 1975.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7957/74, de 17 de setembro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IZABEL DE FEITAS, ocupante do cargo de nível PL “21”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses,



correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de janeiro de 1975.

(aa) JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8912/74, de 14 de outubro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LORIS CORDEIRO DE BARROS, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de janeiro de 1975.

(aa) JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8783/74, de 09 de outubro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 em favor de MARIA DO ROCIO MEDEIRO WITOSLAWSKI, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de janeiro de 1975.

(aa) JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 09/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8768/74, de 08 de outubro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA STELLA MADER DO AMARAL GURGEL, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de janeiro de 1975.

(aa) JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8784/74, de 09 de outubro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de janeiro de 1975.

(aa) JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8767/74, de 08 de outubro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ELCY SILVA BATISTA, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de janeiro de 1975.

(aa) JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 12/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8736/74, de 07 de outubro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ALCIDES ZONATTO, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de janeiro de 1975.

(aa) JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8559/74, de 03 de outubro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, ao acervo de serviço público de ENIO SANTANGELO MALHEIROS, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 25 de março de 1970, e 25 de setembro de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio, e das férias referentes aos anos de 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de janeiro de 1975.  
(aa) JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8476/74, de 01 de outubro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LIDIA MUCHISNKI, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de janeiro de 1975.  
(aa) JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 15/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8471/74, de 01 de outubro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 07 de março de 1965, e 07 de junho de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 1963, 1966, 1971, 1972 e de quinze (15) dias de 1965, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de janeiro de 1975.  
(aa) JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribui-

ções e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8425/74, de 01 de outubro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ELIAS PEREIRA, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de janeiro de 1975.  
(aa) JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 17/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8416/74, de 30 de setembro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IHROR BARANIUK, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de janeiro de 1975.  
(aa) JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 18/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8400/74, de 30 de setembro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de GERSON EVANGELISTA PASSOS, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de janeiro de 1975.  
(aa) JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2º Secretário